

NOVOS RUMOS

ANO V — Rio de Janeiro, 7 a 13 de fevereiro de 1964 — N.º 259

Jornadas Nacionalistas no E. do Rio: Campos e Macaé Pelas Reformas

Reportagens nas páginas 2 e 7

Carnaval

Mais um carnaval invado, ocupa a cidade do Rio e todas as cidades do Brasil. Algumas se rendem menos: muitas se entregam como o Rio, como Recife: completamente. De todas as bênçãos e de todos os aparelhos de rádio espalhados, permanente porque continuamente renovada, a música do carnaval, que é, com todas as suas variedades, uma só: a música espontaneamente elaborada e vivida pelo povo nos quatro dias que apenas epilgam o janeiro, o dezembro, o novembro antecedentes. Música por que se exprime a alma do povo brasileiro, povo jocoso, amoroso, matricoso, irreverente, digno de todos os sonhos e das mais estrénuas abnegações, povo que, por isso mesmo, como notou Drummond, se parece a todos os povos do mundo. Povo que não é melhor nem pior: é igual: é povo.

Festa unânime do povo, o carnaval chegou. Vamos ao carnaval, parentes hedonistas dentro do cotidiano entretido de lutas, frustrações e até alegrias, quatro dias em que o povo sofrido, humilhado, explorado, se dispensa a si mesmo de chorar, e ri, e cai no samba e na marcha — na marcha alegre. Festa que o povo ainda espera que um dia, um dia perto, seja a alegria que exprime a alegria e não a alegria que interrompe e desfaz a muita tristeza. (NOVOS RUMOS volta a circular na quinta-feira, dia 20).

Cuba

Estêve no Brasil o líder sindical cubano Lázaro Peña. Secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores Cubanos e membro do governo e do Partido Unificado da Revolução Socialista, veio a nosso País chefiando a delegação cubana ao Congresso de Unidade dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL), realizado recentemente em Brasília.

Por toda a parte onde estêve, em nosso território, Lázaro Peña encontrou o mais vivo interesse e solidariedade dos brasileiros pela gloriosa Cuba — por parte de operários e camponeses, estudantes, intelectuais, jovens e mulheres.

Suas impressões acerca do CUTAL e informações quanto à atual situação econômica de Cuba — que melhora progressivamente apesar do bloqueio do imperialismo norte-americano —, além da explicação de por que o governo revolucionário cubano não assinou o Tratado de Moscou e de outros assuntos de grande interesse — é o conteúdo da entrevista que Lázaro Peña concedeu a NOVOS RUMOS e vai transcrita na 4a. página.

CGT Mobiliza Trabalhadores do País — Concentração Dia 7 na Guanabara

Mínimo de 100% a Partir de Janeiro

VIGORANDO há mais de um ano, os atuais níveis de salário mínimo representam um verdadeiro assalto à bolsa dos trabalhadores. Foram eles decretados, como se sabe, em outubro de 1963. E só passaram a vigorar em janeiro de 1964. Na época, demonstrou-se que, com o aumento de preços ocorrido entre a decretação e a vigência dos novos níveis, o valor real do salário mínimo sofria acentuada redução antes mesmo de entrar em vigor. Além disso, a divisão em mais de cinquenta zonas, mantida até hoje, encerra um critério absurdo, profundamente lesivo aos interesses dos trabalhadores em quase todo o País. Em consequência dessa divisão, o salário mínimo é fixado, num elevadíssimo número de municípios, em nível inferior ao de municípios que apresentam o mesmo nível de carestia da vida. A remuneração dos trabalhadores sofre, assim, uma dupla redução, uma vez que os mais altos níveis de salário mínimo já são insuficientes, pois não acompanham a elevação dos preços.

NÃO pode haver dúvida, por isso, quanto à justiça da exigência de reajuste do salário mínimo e de sua elevação de 100%. São conhecidos os dados sobre a inflação e a carestia no ano passado. E é de se notar que esses dados não apenas justificam o reajuste, como também revelam que, durante 1963, como aliás vem ocorrendo há muito tempo, o valor real do salário foi sendo reduzido, por assim dizer, dia a dia. Noutras palavras: a cada dia, o trabalhador recebe menos pelo que produz. E desse desfalque ele não é reembolsado. Dessa forma, os novos níveis salariais, mesmo no caso de serem fixados rigorosamente de acordo com a subida dos preços, jamais anulam as penosas consequências impostas aos trabalhadores pela inflação.

NA LUTA pelos novos níveis do salário mínimo, deve-se levar em conta que está em jogo, direta ou indiretamente, o interesse de todos os assalariados. Sua fixação influirá, por exemplo, no sentido de

um reajustamento geral. Acarretará a elevação do salário-família. E atingirá — circunstância que se torna mais importante no momento atual — os assalariados agrícolas.

CGT e o CGT, acompanhados na Guanabara pela CPOS, já se colocaram à frente da luta pelo reajuste e pelo aumento de 100% do salário mínimo, a vigorar a partir de 1.º de janeiro. É indispensável quebrar as resistências encontradas, como a do SEPT, que pretende arrastar seus estudos até o mês de março, numa revoltante demonstração de insensibilidade diante das privações dos trabalhadores. Para quebrar essas resistências, torna-se necessário entrar na luta todas as organizações sindicais, levar a luta para as empresas, à sede dos Sindicatos e a praça pública, numa ampla e enérgica mobilização de massas. E isso sem perda de tempo.

(Na 8ª página, reportagem sobre o salário mínimo).

Doxiadis

Os arquitetos cariocas — apelados pelos outros Estados e pelas melhores figuras da arquitetura brasileira — consideram o contrato entre o governo da Guanabara e a firma Doxiadis-aleixo à comunidade carioca. O Instituto dos Arquitetos está em campanha contra o contrato, que o governador diz que assinou e vai cumprir.

Quem é Doxiadis — e que significará entregar a todo empresário o desenvolvimento urbanístico do Rio de Janeiro até o ano 2000? Milhões de dólares — milhões de cruzeiros convertidos em dólares lhe serão entregues.

Na página 7 Aristides de Oliveira examina o «negócio grego» do governador carioca: ou melhor, o sentido da vida de Doxiadis.

Tablóide

Os litígios fronteiriços constituem permanentes focos de atrito entre os Estados. Notadamente na Europa, passaram eles as duas guerras mundiais desencadeadas pelas nações imperialistas, levando à morte de milhões de seres humanos. Procurando encaminhar uma solução pacífica para todas as divergências de fronteiras existentes hoje no mundo, o primeiro ministro Nikita Khrushchov, em nome do Governo soviético, enviou mensagem a todos os chefes de Estado.

O documento, mais um esforço sério da União Soviética tendo em vista a consecução de acordos que aproximam mais a humanidade de uma paz estável e duradoura, está publicado na íntegra em tablóide que acompanha esta edição e que não pode ser vendido separadamente.

Ministro da Guerra Desmente "O Globo"

A vergonhosa e repulsiva mentira, estampada no "fac-símile" ao lado, foi publicada em "O Globo", edição do dia 3. Como verá o leitor, o texto-legenda do jornal do "comendador" Marinho refere-se às comemorações do primeiro aniversário do governo de Miguel Arraes. Não há uma só verdade no "noticiário". A indignidade política e profissional chega ao auge, porém, quando o jornal — cada vez mais um boletim lanque escrito em português — apresenta aos seus leitores como sendo "milícias armadas" ou o "Exército Revolucionário de Arraes", o que na verdade é uma expressão das tradições do Nordeste: o Grupo de Bacamarteiros de Caruaru, constituído de anciãos e crianças, com seus velhos bacamartes e seus trajes típicos. A velhacaria da imprensa de aluguel, paga para enganar o povo e trair a Pátria, substitui toda noção de seriedade. E nisso nenhum outro jornal editado no Brasil leva a palma a "O Globo", órgão do IBAD e da embaixada norte-americana.

ruaru nas impressionantes manifestações populares de apoio a Arraes, "O Globo" procura infundir nos leitores a impressão de estar Pernambuco entregue à violência e à insegurança. Mas já no dia 5 era toda a imprensa obrigada a divulgar as declarações oficialmente feitas pelo ministro da Guerra, após a sua visita ao Nordeste. "O ambiente de Pernambuco é de paz e trabalho. O governador Miguel Arraes está empenhado em cumprir o seu plano de governo, resolvendo os problemas do Estado" — disse, com todo o peso de sua autoridade, o general Jair Ribeiro, reduzindo a nada o infame embuste do "comendador" Marinho.

E com a mesma insensibilidade que os apátridas de "O Globo" publicam as duas notícias — a falsa e a verdadeira. E não têm sequer o rasgo de pudor de desculpar-se aos leitores pela deslavada mentira, acerca dos bacamarteiros de Caruaru. E assim a "imprensa sadia".

Na 5a. página desta edição, noticiário das comemorações do primeiro aniversário do governo Miguel Arraes.



Petrobrás

— Suas palavras são um catecismo para a Petrobrás — disse o marechal Osvaldo Alves, atual presidente daquela empresa estatal, referindo-se ao discurso proferido pelo engenheiro Jairo José de Farias ao passar seu cargo de diretoria ao general Mata, em solenidade realizada ontem.

ALERTA

Em seu discurso, o sr. Jairo de Farias ressaltou a necessidade da encampação das refinarias particulares e de o monopólio da Petrobrás ser estendido à distribuição dos derivados de petróleo.

E alertou a nova diretoria, os trabalhadores e o povo em geral para a manobra reacionária no sentido de dividir a Petrobrás em numerosas empresas subsidiárias, visando a enfraquecê-la e levá-la assim à perdição. (Leia na 3a. página reportagem sobre a CPI do petróleo; e na 7a. artigo do deputado Marco Antônio a respeito da crise na Petrobrás.)

O GLOBO * 3-2-64 * Página 19

Vida Sindical

TEXTÉIS: POSSE DIA 22

Tomará posse no próximo dia 22 a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Fábrica e Tecelagem, eleita recentemente. A chapa encabeçada por Hércules Corrêa dos Reis foi sagrada maioritariamente e a abstenção foi inferior a 20%.

AERONAUTAS

Não se realizou no dia 28 último a sessão da 13.ª Junta da Justiça do Trabalho para o julgamento da questão do Comandante Melo Bastos. O julgamento foi adiado sine die devido ao adoecimento do juiz competente.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O Departamento Nacional do Trabalho designou dois contadores para fazer um levantamento das contas da atual diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil, pois as denúncias dos associados foram numerosas.

Os diretores desse sindicato são contumazes espancadores de operários que não aceitam a orientação, os métodos de ação e as ligações da diretoria com o governador da Guanabara.

SERVIDORES

O Comando Geral dos Servidores da Guanabara, levando a prática a resolução da assembleia dos servidores transcrita no dia 30 de janeiro passado, realizou terça-feira, às 17.30 horas, nas escadarias da Assembleia Legislativa, uma concentração de funcionários estaduais para exigir o pagamento dos lotes antes do Carnaval e para que o pagamento do exercício seja efetuado no máximo com cinco dias de atraso. O Comando Geral dos Servidores da Guanabara, que está coordenando as ações dos funcionários, congrega e representa 8 entidades da categoria e comissões.

Enquanto isso, a 2.ª comissão de Inativos da Guanabara voltará a reunir-se amanhã, sexta-feira, às 14 horas, na Associação dos Motoristas e Mecânicos do Estado da Guanabara, Av. Mal. Floriano, 227-A, com a seguinte ordem do dia:

- a) situação dos aposentados;
- b) setor de aposentados no C.G.S.G.

RADIALISTAS HONENEGAREM

Os radialistas da Guanabara homenagearam quinta-feira, na sede náutica do Club de Regatas Vasco da Gama, na Lagoa Rodrigo de Freitas, o presidente da Federação e do Sindicato dos Radialistas, Hemílio Fróes, nomeado diretor-geral da Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

A homenagem compareceram o superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, major Gama Abreu, o presidente do Sindicato dos Bancários, o presidente do Sindicato dos Jornalistas, o presidente da Associação dos Rádio-Repórteres, Roberto Morena, representando a CPOS, representantes do Ministério do Trabalho, além de grande número de amigos e companheiros de Hemílio Fróes.

NOVA CONFEDERAÇÃO

Reunidos na sede do Sindicato dos Radialistas, os trabalhadores em empresas telefônicas e de publicidade discutiram acerca da criação de uma nova confederação de trabalhadores: a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Publicidade e Comunicações.

A nova entidade sindical está sendo estruturada e sua fundação é aguardada para breve.

TELECOMUNICAÇÕES: ENCONTRO

Teve início terça-feira, dia 4, o II Encontro Nacional Extraordinário dos Trabalhadores em Telecomunicações, instalado no Sindicato dos Telefônicos, com a participação de 14 delegações, representando 12 Estados da Federação.

Do teorário do II Encontro destacam-se os seguintes itens:

- 1. Contrato coletivo de trabalho;
 - a) jornada de seis horas para todos os telefônicos;
 - b) ampliação da gratificação de férias;
 - c) ampliação das gratificações juninas;
 - 2. Debate sobre a EMBRATEL e sobre a ação dos trabalhadores de Telecomunicações no Brasil.
- O encontro encerrar-se-á amanhã, a noite, e no sábado será oferecido um almoço de confraternização com o comparecimento de representantes do Comando Geral dos Trabalhadores e do ministro Amauri Silva, possivelmente.

CARNAVAL DA ASCB

A Associação dos Servidores Civis do Brasil fará realizar nos próximos dias 8, 9, 10 e 11 bailes carnavalescos, das 23 às 4 horas para adultos e matineis nos dias 9 e 11 das 15 às 21 horas. Os convites estão à venda na sede da entidade (Av. 13 de Maio) e na Av. Wenceslau Braz esquina de Rua Lauro Müller, Botafogo, próximo ao túnel novo para Copacabana.

METALÚRGICOS

O reajustamento salarial dos metalúrgicos só está dependendo da apresentação pelo SEPT do índice por ele verificado do aumento do custo de vida de agosto de 63 até janeiro último.

Do programa de conferências levado a efeito em comum acordo com o Ministério da Educação, as duas primeiras já foram ministradas: a inicial dada no dia 29 pelo professor Nelson Werneck Sodré sobre a História da Propriedade da Terra no Brasil, e a segunda pelo professor Pedro Celso Uchôa Cavalcanti — sobre a História do Domínio Estrangeiro no Brasil. As aulas são ministradas às quartas-feiras às 20 horas e mais de 200 alunos estão inscritos. As próximas aulas versarão sobre os seguintes temas: História da Industrialização do Brasil, História da luta pela Democracia no Brasil e História da Revolução Brasileira. Todos os professores são do ISEB.

Carnaval — o Sindicato dos Metalúrgicos tem o seguinte programa para o carnaval:

Matineis — dias 9 (domingo) e 11 (terça-feira), das 14 às 18 horas;

Bailes para adultos — sábado, domingo, segunda e terça, das 23 às 4 horas da manhã. Os associados não pagam convites em duas oportunidades, enquanto os não associados poderão brincar comprando o convite a Cr\$ 500,00 na sede do sindicato à Rua Ana Néri, 152.

BANCÁRIOS: CARNAVAL

O Sindicato dos Bancários programou para este carnaval três bailes infanto-juvenis para os seguintes dias: 9, 10 e 11, das 15 às 18 horas. As entradas se farão mediante a apresentação de cartelas de associado ou de apresentação de convites especiais que se encontram à disposição na secretaria do sindicato, na Av. Presidente Vargas, 502.

AERÓVIARIOS

Devido a assembleia dos trabalhadores em assistência social (Besc. Sesi, LBA etc) transcorrida na quinta-feira, nas dependências do sindicato, a assembleia dos aeroviaristas do Panair só pôde ser realizada na última segunda-feira. Resolveram os trabalhadores, em sua assembleia mobilizar toda a categoria para a luta pelo cumprimento da portaria baixada pelo Ministério da Aeronáutica determinando a vigência do expediente de seis horas de trabalho nas pistas de aviação.

EMPRESA NÃO INDENIZA

Os operários da empresa Colômbio Rio Branco, situada na Estrada do Barro Vermelho, 484 — Rocha Miranda, declarada falida no dia 31 de dezembro último, estão com ação impetrada no TRT reclamando indenização no montante de 90 milhões de cruzeiros, devida pela empresa aos empregados. Entre os operários, muitos já contam com mais de 30 anos de serviço; a decisão é de receber indenização integral, pois foi recusada a proposta do patrão de desajustar pagar uma indenização correspondente a 25% do valor real, enquanto na Junta de Conciliação, que deu ganho de causa aos operários, ofereceram 50%, também recusados.

Os 129 trabalhadores, encontraram-se em situação aflixa, pois estão desempregados há mais de um mês e as famílias completamente desamparadas.

O Sindicato dos Textéis vem auxiliando e dando total apoio jurídico; seus advogados lutarão na Justiça superior de trabalho onde a empresa impetrou recurso.

GRÁFICOS COMEMORAM

O Sindicato dos Gráficos comemorará com um festivo baile de confraternização o Dia do Trabalhador Gráfico, no dia 7, sexta-feira, na sede social da entidade, na Av. Presidente Vargas, 529.

A diretoria do sindicato resolveu, também, colocar à disposição dos associados e suas respectivas famílias as dependências de sua sede durante os desfiles carnavalescos.

Dezenas de Milhares de Fluminenses Manifestam-se Pelas Reformas de Base

O Estado do Rio viveu no domingo passado, dia 1, um dos seus grandes dias políticos com a jornada da caravana nacionalista chefiada pelo deputado Leonel Brizola, que percorreu os trezentos quilômetros que separam Niterói de Campos. De cidade em cidade, de vilarejo em vilarejo, por onde passaram os nacionalistas, o povo vinha abraçando e incentivando a grande luta de libertação nacional.

Em Macaé

Quando a caravana se aproximou de Macaé, importante centro ferroviário, uma multidão de trabalhadores, estudantes e moradores daquela prospera cidade veio ao seu encontro ainda bem fora da zona urbana. Sob o estripado dos fogos e das moções dos batidores, ao som da famosa Lira Nova Aurora, a imensa coluna de patriotas percorreu a cidade em direção da Prefeitura Municipal.

Integrantes

O prefeito Benjamin Curvelo recebeu todos os membros da caravana, constituída dos deputados federais Leonel Brizola, Neiva Moreira, Adão Pereira Nunes e Demistocides Batista, e dos estaduais Afonso Celso Miranda, Aristoteles de Miranda Melo, Kliffer Neto e Francisco Alves, o popular Zisinho, líder dos marítimos. Outros integrantes eram altos dirigentes autárquicos, como o Dr. Cláudio de Freitas, presidente do IPASE, e o Dr. Maranhão, diretor da Estrada de Ferro Leopoldina, além de três dezenas de outros dirigentes autárquicos e sindicais.

Reformas de Base

Diante de uma multidão de mais de três mil pessoas, entre as quais centenas de

camponeses empunhando como estandartes feixes de cana e milho, o deputado fluminense Aristoteles de Miranda Melo proferiu vibrante discurso sobre a necessidade e urgência das reformas de base, especialmente a agrária com a distribuição imediata aos camponeses das terras latifundiárias. Já que o município de Macaé se constitui num exemplo fraterno de uma atrasada estrutura rural: ali, poucas famílias detêm o domínio de quase todas as terras cultiváveis. 'Muito aplaudido pelo povo, o deputado Aristoteles de Miranda, líder daquela região, passou a palavra ao Padre Alípio, que criticou a falsa sociedade criada por usar o seu Deus a fim de amortecer o impulso de libertação dos humildes, como se Jesus Cristo não tivesse sido o filho de um carpinteiro, nascido portanto em berço pobre.

Escravidão Continua

O deputado Adão Pereira Nunes, foi o orador seguinte. Foi pouco e claro. Achava — disse — que a libertação dos escravos ainda não se tinha concluído. A multidão atenta as suas palavras estava constituída de elevada percentagem de homens de cor; vieram da África como traidores humanos para revirar e plantar as terras dos senhores brancos. Perguntou o deputado: 'Qual de vocês recebeu um só palmo de terra depois da abolição da escravidão?' Ante a resposta evidentemente negativa, Adão Pereira Nunes, completou: 'que aboliram de mentira a escravidão, porquanto as terras continuaram nas mãos dos senhores e, através delas, estes continuam a escravizar os homens.

Frente Ampla

Sob estrondosa salva de palmas, iniciou o seu dis-

curso o deputado Leonel Brizola. Dura hora a fio, sob um sol de rachar, a multidão ouviu atentamente o líder nacionalista que, em linguagem simples, abordou todos os aspectos das reformas de base. De quando em quando, sua palavra fazia aflorar o entusiasmo dos trabalhadores, que então aplaudiam as verdades ditas com dureza pelo deputado Leonel Brizola.

O imperialismo e o latifúndio como causas dominantes de nossa pobreza foram objetos da crítica do parlamentar gaúcho, que concluiu afirmando: somente o povo organizado numa ampla frente de libertação nacional poderá derrotar as poderosas forças que insistem em oprimi-la a nação brasileira.

Antes do prosseguimento da caminhada para Campos, o prefeito Benjamin Curvelo ofereceu um almoço aos visitantes, ocasião em que se confraternizaram os componentes da caravana e os nacionalistas macaenses.

Campos de Portas Abertas

As quatro horas da tarde, em ponto, a caravana chegou em Campos, sendo agradavelmente surpreendida à entrada da cidade pelo prefeito Barcelos Martins, velho e destacado nacionalista, que ofereceu simbolicamente a chave de seu município aos braves e prestiliosos visitantes. Nave e emocionante espetáculo aguardava a coluna nacional-libertadora no salão da rodoviária: cinco mil pessoas de pé, superlotando aquela dependência, esperavam os líderes nacionalistas. E que para aquela hora estava marcada a posse da nova diretoria do combativo Sindicato dos Trabalhadores em Usinas de Açúcar. Então, o Almi-

rante Costa, grande dirigente operário, passaria a presidência do Sindicato, cargo ao qual conquistou os trabalhadores das usinas a tantas vitórias: férias de trinta dias, moradia gratuita, reconhecimento dos delegados sindicais e mais elevado salário-mínimo do Brasil.

Presidente do IAA

Achava-se presente o Dr. Manoel Gomes Maranhão, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. Pela primeira vez um presidente do IAA comparecia e reconhecia a importância a uma solenidade operária primordial da classe trabalhadora.

aproveitou a oportunidade para atender a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, qual seja a de que o Instituto auxilie as hospitais tipo Santa Casa, que tanto ajudam aos pobres.

O Dr. Gomes Maranhão, autorizou, no ato da posse, o auxílio para doze Santas Casas e prometeu uma contribuição apreciável para a construção do palácio dos trabalhadores na indústria açucareira.

Relatório e Posse

O presidente do Sindicato, o sr. Almirante Costa, relatou as atividades de sua administração e pediu que o deputado Leonel Brizola empossasse a nova diretoria.

Os trabalhadores, de pé, aplaudiram Almirante Costa e também assistiram aos novos dirigentes. Solicitado pela multidão, o deputado Leonel Brizola durante duas horas falou àquele povo trabalhador e esperancoso, disposto a participar da grande arremetida para a libertação de nossa pátria.

Em Praça Pública

Já ficando tarde e outra multidão esperava os nacionalistas na principal praça da cidade. Diante de uma tal manifestação, os visitantes nem se permitiram um pequeno descanso: ao som de um vibrante dobrado marcial, executado pela Lira de Apolo, caminharam para a praça de São Salvador, onde mais de quinze mil pessoas prorrom-

Dr. Miguel

Salles

Cavalcanti

Faleceu no dia 17 de janeiro em Florianópolis o Médico Miguel Salles Cavalcanti. O passamento verificou-se vinte dias depois de ter sido o pediatra submetido a uma delicada intervenção cirúrgica. Miguel Salles Cavalcanti estava radicado em Florianópolis há 25 anos e dedicava-se nos últimos anos à construção do hospital infantil daquela Capital, o único do Estado, o seu grande sonho.

Seu sepultamento, ao qual acorreram populares e altas autoridades, foi uma demonstração de quanto era querido o militante comunista.

A viúva Marina Sarmento Cavalcanti e o seu filho, nossas condôcências,

NIKITA KRUSCHOV

e os problemas mais candentes da atualidade internacional

A coexistência pacífica, uma necessidade objetiva. Nova etapa no desenvolvimento da crise geral do capitalismo. A "democracia" imperialista. A benéfica influência do socialismo sobre a luta libertadora dos povos. O movimento comunista, a força mais influente de nosso tempo. A construção do comunismo na URSS. Estas e outras importantes questões são focalizadas com objetividade e clareza por Kruschov na seguinte coletânea de 5 livros:

- O imperialismo, inimigo dos povos, inimigo da paz — Cr\$ 200,00.
 - O movimento de libertação nacional — Cr\$ 200,00.
 - O movimento revolucionário operário e comunista — Cr\$ 200,00.
 - Impedir a guerra é a tarefa fundamental — Cr\$ 300,00.
 - Socialismo e Comunismo — Cr\$ 300,00.
- A coletânea completa — Cr\$ 1.000,00. A venda nas livrarias.

Publicação da Editorial Vitória Limitada. Pedidos pelo Rec-nóbio Postal — Caixa Postal, 165 — 2C-00 — Rio - GB. Aos remobilistas do Centro, Norte e Nordeste, pedimos que façam seus pedidos por remessa via aérea.

Bólas de Estudo Para a Universidade Patrícia Lumumba e Curso de Língua Russa

De 1.º a 15 de fevereiro estarão abertas as inscrições para Bólas de Estudo da Universidade Patrícia Lumumba de Moscou e serão também iniciadas as aulas de novas turmas do Curso de Língua Russa, para as quais aceitam-se matriculados durante este mês. Informações: Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS — Avenida Franklin Roosevelt, 194 — Grupo 304. Telefone: 22-5548.

peram numa ensurdecadora salva de palmas e em vivas inflamados a sua chegada. Um espetáculo inapreciável, uma afirmação da bravura do povo fluminense e da elevada politização da população campista.

O Brasil Ouviu

Quatro estações de rádio locais transmitiram a grande festa popular, e a Malrinck Veiga, com toda a sua cadeia, levou para o Brasil inteiro o clamor da multidão mobilizada na praça principal da maior cidade fluminense, aplaudindo com calor a decisão que eles empunham hoje em dia a bandeira de um grande programa de transformações sociais.

Os «Diários Associados»

Na ocasião, foi lido um tópico do jornal Monitor Campista, órgão dos "Diários Associados". Isto é, associados aos inimigos do nosso povo. O tópico dizia que o comício seria um fracasso, que nem trinta pessoas estariam presentes. Primeiro, foi uma tremenda força que se ouviu contra o jornal porta-vozes da

reação; depois, um estrondoso viva aos nacionalistas, que ecoou por toda a praça e se irradiou pela Realil efors.

Brizola: Legalidade Para o PCB

Falaram duas dezenas de oradores, entre eles os deputados Neiva Moreira, Demistocides Batista, Adão Pereira Nunes, Afonso Celso, Francisco Alves, vereador Jacy Barbetas — e mais votado no município —, o prefeito Barcelos Martins e, por fim, o deputado Leonel Brizola.

Brizola falou em defesa do voto para os soldados e os analfabetos, da anistia para os soldados, da legalidade para o Partido Comunista Brasileiro, da distribuição imediata das terras improdutivas dos latifúndios, da suspensão da remessa de dividendos aos imperialistas e da instalação de um governo nacionalista e democrático.

Todos os que assistiram ao comício da Praça São Salvador, de Campos, ficaram certos de que nenhuma força seria capaz de impedir a libertação do povo brasileiro.

TÉCNICOS DA PETROBRÁS DIRIGEM-SE AO POVO

A diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara divulgou a seguinte nota:

«Em Assembleia-Geral da Associação dos Engenheiros da Petrobrás nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara (AEPERG), realizada em 27 de janeiro de 1964, os técnicos da PETROBRÁS analisaram em profundidade todos os fatos e informações relacionados com a atual crise na Empresa.

Naquela oportunidade os senhores engenheira José Alberto Davies Freitas, engenheiro Stephan Prochnick e Comendador Júlio Cesar de Sá Carvalho expuseram pormenorizadamente os fatos relacionados com as acusações que lhes foram associadas pelo até então Presidente da Empresa, Gal. Albino Silva.

O assunto foi amplamente debatido à luz de toda a documentação pertinente e, após terem sido esclarecidos todos os aspectos do caso, foi aprovada a seguinte moção:

1 — Face à gravidade do problema e sua transcendente importância para o País, convencidos da absoluta lisura de procedimento dos nossos companheiros — profissionais de indiscutível competência — exigimos de público a apuração em toda a sua profundidade dos fatos que motivaram a presente crise;

2 — Além das declarações largamente difundidas, do então Presidente, serem deturpadas de consistência, repudiamos a maneira leviana e as expressões torpes divulgadas publicamente, sem uma prévia investigação;

3 — Considerando absurda, nas circunstâncias atuais, a exoneração dos titulares até então da confiança do Presidente Albi-

no Silva, pelo fato de induzir a opinião pública a relacionar este ato com uma pretensa posição delosa que, em absoluto, não foi constatada;

4 — Chamamos a atenção para a opinião pública para a estranha coincidência de terem sido aqueles técnicos os que se manifestaram, em relatórios e estudos, contrários à proposta para fornecimento de petróleo bruto árabe feita pela Esso, proposta esta comprovadamente desvantajosa para a Empresa;

5 — Manifestamos a nossa irrestrita solidariedade à digna e corajosa atitude do colega José Alberto Davies Freitas, Presidente desta Associação, na defesa dos mais caros ideais do corpo técnico da Empresa, expressão lídima da capacidade, dedicação e entusiasmo do povo brasileiro;

6 — Convocamos todos os brasileiros à união decidida na luta pelo monopólio integral do petróleo, em busca de melhores dias para o Brasil!.

LIVROS SOVIÉTICOS

Sobre economia, política, filosofia, ciência, técnica, educação, história, medicina, direito, manuais de estudo do russo e dicionários, etc. em espanhol, inglês e francês. O mais completo estoque existente no Brasil. Solicite catálogos à:

Agência Intercâmbio Cultural — Rua 15 de Novembro, 228 - 2.º - 8/209 — São Paulo.

novos rumos

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.

Diretor: Orlando Bomfim Júnior

Diretor Executivo: Fragmon Carlos Borges

Relator Chefe: Luiz Gazzaneo

Gerente: Guttemberg Cavalcanti

Relação: Av. Rio Branco 257, 17.º andar, sala 1712 — Telefone: 427.344

(Gênesis: Rua Leandro Martins, 74, 1.º andar (Centro))

Editorial Técnico: NOVOS RUMOS

EDIÇÃO DE MINAS GERAIS

Redação e Administração: Rua dos Carijós, 121, 2.º andar, sala 827. Tel. 48566 — B. Horizonte

Sucursal de São Paulo: Rua 15 de Novembro, 228, 8.º andar, sala 827 — Telefone: 35-0433

Sucursal do Paraná: Rua José Loureiro, 133 — 3.º andar, S/311 — Curitiba

Assinaturas: Anual Cr\$ 1.500,00 Semestral 800,00 Trimestral 400,00

Assinatura Adiantada: Anual Cr\$ 2.800,00 Semestral 1.500,00 Trimestral 800,00

xxx N.º avulso Cr\$ 30,00 N.º atrasado 50,00



O Centro Científico-Técnico de Eletrônica Médica de Dresden (República Democrática Alemã) construiu um novo instrumento destinado à cirurgia. Com a ajuda do novo "bisturi termoeletrico", o cirurgião estará em condições de praticar operações sem que o paciente perca grandes quantidades de sangue.

GIGANTE PARA CAVAR

Na fabrica de maquinaria pesada dos Urais, esta sendo construída uma nova escavadora, de dimensões colossais. Seu projeto foi elaborado por um grupo de engenheiros, dirigidos por Boris Satovaki, laureado com o Prêmio do Estado. A nova escavadora levará equipamentos desmontáveis: caçambas de 50 e 80 metros cúbicos e torres de 100 e 125 metros. Os projetistas calcularam que a máquina poderá extrair 25 milhões de metros cúbicos de terra, o que significa, carregando-se em vagões essa quantidade de terra, a formação de dois comboios paralelos com um comprimento igual à distância de Moscou a Nova Iorque.

AUMENTA A RENDA

Em 1963, a renda real da população húngara experimentou um aumento de 5 a 6 por cento. Uma parte desse aumento se exprime sob a forma de elevação dos salários e outra parte se realiza através dos "fatores indiretos": diminuição de preços de uma série de produtos, extensão das bolsas de estudo, redução da jornada de trabalho em vários setores da economia, criação de 6 mil novos jardins de infância e 20 mil creches escolares, etc.

Para este ano, prevê-se um aumento de 7% da produção industrial e um incremento de cerca de 5% no consumo de gêneros pela população. Serão concedidos novos aumentos de salários aos trabalhadores das ferrovias, dos correios e diversos grupos dos servidores do Estado.

O DÓBRO DE ENERGIA

A Rumania produziu em 1963 quase duas vezes mais energia elétrica que em 1959, ano que antecedeu ao inicio do novo Plano Sexenal. Esse aumento se deve ao fato de terem sido alcançados os objetivos energéticos mais importantes: a central térmica de Ludus, as primeiras centrais hidroelétricas sobre a Bistritza, a duplicação da produção de energia elétrica da central térmica de Brazi. Foi também construída uma rede de linhas de transporte de energia elétrica. Somente em 1963, foram instalados 843 quilômetros de linhas de 110 e 230 KW. Em 1964, novos grupos de 150 MW, serão postos em funcionamento na central térmica de Paoeni, e entrará em ação a moderna central de Craiova, começará a produzir a de Pitesti, assim como outras sobre o rio Bistritza.

MÁQUINAS NO CAMPO

A agricultura da República Popular da Bulgária receberá, neste ano, 65 mil novas máquinas, fabricadas no país ou importadas. Da União Soviética e dos demais países socialistas serão importadas 14 mil máquinas: tratores, semeadoras, máquinas combinadas para cereais, segadoras para feno, etc. Para atender as necessidades especialmente das granjas de gado, serão importadas mais de 1840 instalações, equipamentos e máquinas.

ATOMOS PACIFICOS

Com auxílio das radiações atômicas foram obtidas na União Soviética novas variedades vegetais, em experiências recentemente realizadas. Vários tipos de trigo invernal e primaverais podem render trinta por cento mais que as variedades comuns. Foram obtidas também variedades melhoras no milho, cevada e tomates, que acusaram um amadurecimento rápido, produzindo cerca de 25% a mais. As pesquisas dos cientistas soviéticos demonstraram que a irradiação dos raios "gamma" possuem efeito permanente. O conteúdo de vitamina "C", aumento de pelo menos 50%. Também foi assinalado um grande aumento de vitaminas nas batatas, depois das irradiações.

CORÉIA SE ELETRIFICA

A Usina de aparelhos elétricos de Piongiang (República Popular da Coreia) contribui para a automatização das empresas industriais e a eletrificação das estradas-de-ferro, produzindo diversos tipos de material eletrotécnico, aparelhos de medição, eletromotores, computadores a mercúrio, motores, etc. Atualmente, tem ela uma importante missão: fornecer à população utensílios elétricos domésticos. Neste ano, a usina produzirá dezenas de variedades desses aparelhos, tais como 8.000 máquinas de lavar, 50 mil ventiladores, 20 mil ferros de engomar, e milhares de geladeiras, marmittas térmicas, relógios, etc.

Lázaro Peña: Povo Cubano Quer Paz Para Edificar o Socialismo

Estêve em nossa redação o dirigente sindical cubano Lázaro Peña, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores Cubanos (CTC) e membro da direção do Partido Unificado da Revolução Socialista (PURS), que veio ao Brasil chefiando a delegação cubana ao Congresso de Unidade dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL).

Na oportunidade, concedeu-nos a seguinte entrevista:

O CUTAL

O Congresso foi um grande sucesso, declarou inicialmente. "Os representantes presentes, de quase todos os países latino-americanos, coincidiram em que as lutas pelas reivindicações operárias, democráticas e nacionais estão crescendo na América Latina. Lutam os sindicatos, lutam os estudantes, lutam as universidades, lutam as mulheres e os jovens; lutam toda a massa do povo. A discussão e os pontos de vista de todos os delegados coincidiram na estimativa de que, em tais condições, os trabalhadores e os sindicatos têm de sustentar com vigor a luta unida pelas suas reivindicações econômicas."

"Tem de sustentar também — acentuou o líder sindical cubano — as reivindicações gerais do povo, porque é claro que quanto mais a classe operária se coloca à frente delas, mais estarão garantidas e será mais profunda sua conquista."

UNIDADE

Em vez de fundar uma Central Sindical Latino-Americana, o Congresso resolveu transformar-se em Congresso Permanente e criar um Conselho com um Secretariado que deverá impulsionar as atividades do Congresso e promover a unidade dos trabalhadores americanos, de acordo com o programa estabelecido.

A respeito, disse Lázaro Peña: "Essa determinação — a de não criar a Central imediatamente — em nossa opinião é justa, é correta. Quanto à idéia da Central Sindical Latino-Americana, que os trabalhadores que formam e de que os nossos povos precisam, deve ser concretizada com a participação dos representantes do movimento sindical argentino, peruano e principalmente do movimento sindical brasileiro, cujos dirigentes — da CNTI — prestaram uma grande animação ao Congresso, demonstraram entusiasmo e vontade pela causa da unidade sindical internacional na América Latina. Mas, de imediato, não é possível dar o passo de integração de uma Central Sindical, porque é uma questão a ser decidida pelo conjunto do movimento sindical desses países."

Referiu-se a seguir à boa acolhida que lhe prestaram em Brasília os operários em construção, que são a maioria ali, e às facilidades proporcionadas pelas autoridades locais para a realização

do Congresso, objeto da gratidão expressa dos delegados ao governo federal.

A Economia Cubano

"A situação econômica cubana está melhorando", declarou Lázaro Peña. "Melhora porque dentro do país crescem as conquistas do governo, dos trabalhadores e de todo o povo para aumentar a produção e a produtividade do trabalho, para uma melhor organização de tudo o que se relaciona com isso; e graças também ao espírito geral de luta que existe na população e na direção revolucionária para esse objetivo."

Por outro lado, o bloqueio imperialista estive desafiando cada vez mais. "Quando sai do país, havia por exemplo um acordo com a Espanha pelo qual nos vendiam barcos de pesca, ônibus e outras coisas mais; já no Natal passado havia no mercado cubano uma grande quantidade de produtos espanhóis. O governo norte-americano tudo fez para impedir essas negociações, mas fracassou. A perspectiva é de que esse comércio se amplie."

Lázaro Peña lembrou ainda o acordo recentemente concluído com a Inglaterra para a aquisição de ônibus, acordo esse que mais uma vez o governo norte-americano procurou inutilmente embargar. Com o Uruguai, fez-se um acordo de venda de açúcar e aquisição de carne seca. "E do interesse dos países capitalistas negociar com Cuba, e a disposição neste sentido aumenta apesar da resistência e da pressão do governo norte-americano."

A Produção Açucareira

Aduziu o dirigente sindical cubano que o preço do açúcar subiu no mercado mundial, ao mesmo tempo em que se assegura o crescimento da produção açucareira em seu país. "Este ano — disse — a safra será, sem dúvida, maior do que a anterior, e tudo se dispõe para assegurar que a safra dos próximos anos ultrapasse a produção atual."

"Os acordos comerciais que se concretizam à base da venda de açúcar por vários anos a preço fixo, e as perspectivas que oferecem ao mercado mundial dão uma base justificada para pensar que a situação econômica de Cuba melhora bastante."



A Classe Operária na Revolução

Qual a participação na classe operária na direção de Cuba e como se manifesta essa participação?

"A participação da classe operária se expressa fundamentalmente no conteúdo da política e no caráter de classe do Partido Unificado da Revolução Socialista; isto é, é um governo do poder operário. O PURS fortaleceu-se cada vez mais sob a direção de Fidel Castro, e sua base adquiriu mais consciência de seus deveres para com a revolução socialista."

"No que diz respeito aos sindicatos — acrescentou —, não têm uma função particular, específica, na direção do governo, a não ser as representações dos sindicatos nos conselhos de administração das empresas, na determinação dos planos de produção, na discussão com espírito de crítica e autocrítica nas assembleias de produção e em todos os órgãos e meios em que se desenvolve a emulação socialista."

O dirigente sindical de Cuba ressaltou o trabalho voluntário dos operários urbanos no corte da cana, assim como a preocupação crescente que existe nos sindicatos pelo aumento da produtividade, pela disciplina e pela economia de matéria-prima no trabalho.

Infiltração do CIA

Em Cuba, a vontade de luta é unânime. A força da contra-revolução, interiormente, é mais débil do que nunca, desde o triunfo da revolução. E, do ponto de vista externo, é claro que não cessa a preparação de o n t r a - r e v o l u c i o n á r i o s em alguns países da América Latina: Nicarágua, Guatemala, etc.

"A CIA (Agência Central de Inteligência) continua infiltrando agentes contra-revolucionários, sabotadores, etc. em Cuba, aproveitando-se dos quilômetros de costa que temos. Muitos desses agentes são descobertos e lhes são aplicadas as leis revolucionárias."

"Mas o povo cubano está atento a essas atividades; e tem plena fé na vitória, ainda mais porque se sente fortalecido pela solidariedade internacional recebida dos trabalhadores e dos países irmãos da América Latina e dos demais países do mundo, em particular e decisivamente dos povos su-

peramericanos, principalmente da União Soviética."

A Ajuda Soviética

Lázaro Peña declarou ser a ajuda da União Soviética ao seu país realmente ilimitada, e qualificou-a como "um exemplo vivo e verdadeiramente emocionante da lealdade do internacionalismo proletário e da amizade para com o nosso povo socialista". "As relações entre Cuba e a União Soviética demonstram — conforme disse Fidel Castro — como são as relações entre dois países guiados pelas idéias do marxismo-leninismo."

Solidariedade Argelina

Argélia foi o primeiro país a manifestar seu integral apoio a Cuba, por ocasião da denúncia venezuelana contra este país, Indagamos de Lázaro Peña os motivos das relações tão fraternais entre o seu país e a Argélia.

"A visita de Ben Bella a Cuba e o estabelecimento das relações entre o nosso país e a Argélia, assim como a popularização de cada uma de nossas revoluções no outro país, aproximaram muito os nossos povos."

Ademais, as relações entre outros povos africanos e Cuba também se fortalece. Essa amizade crescente, eu creio que tem por base os antecedentes daqueles povos que, como o nosso, se libertaram do domínio do imperialismo ampliando o caminho da superação de seu atraso econômico dentro de dificuldades similares às que encontramos."

Porque o «Castro-Comunismo»

Quando as provocações imperialistas a propósito dos movimentos patrióticos na Venezuela e, mais recentemente, no Panamá e em Zanzibar — em que os reacionários de todo o mundo querem sempre descobrir o dedo de Cuba — declarou Lázaro Peña: "Seja onde for que se levante a bandeira da independência nacional, da luta contra o saque dos monopólios imperialistas, o governo norte-americano e os reacionários de dentro desses países acusam os patriotas de "castro-comunismo". Recordando que já Fidel Castro denunciara ser essa acusação um empenho de fazer crer que em Cuba o governo e o povo são duas coisas diferentes. Lázaro precisou não ser o caso de o governo cubano ter dito que não exporta a revolução, e

sim de que sabemos todos que a revolução não se exporta.

"Os imperialistas e os reacionários de toda a laia fecham os olhos ante o fato de que a culpa é deles mesmos e procuram lançá-la contra o "castro-comunismo". Mas é claro que isto não muda nada."

O Tratado de Moscou

A imprensa reacionária, no Brasil aproveita o fato de o governo cubano não ter assinado o Tratado de Moscou, de proibição parcial das experiências nucleares, para apontar Cuba como desleixada e uma guerra atômica. "A posição de Cuba a esse respeito — diz Lázaro — foi exposta por Fidel em seu discurso de comemoração do 5.º aniversário da revolução, e também p a representação cubana na ONU e pelos editoriais de nossa imprensa. Cuba achou e acha que o Tratado de Moscou é positivo. Se não o firmamos, é somente pelo que diz respeito às reações diretas entre Cuba e os EUA."

E continuou: "Sobram razões para orientarmos nossas relações com os EUA sobre a base de um trato absolutamente igual. Os governos norte-americanos tratam de dar a impressão a seu povo e ao povo cubano de que eles pod m incluir o caminho no sentido da paz no terreno internacional e, ao mesmo tempo, manter sua política de provocação, de bloqueio, de infiltração de contra-revolucionários, etc. contra Cuba. Em tais condições, a assinatura do governo cubano ao lado do norte-americano num tratado como esse, que projeta um caminho para a paz, é inconcebível para o nosso povo."

"Por estas razões — concluiu — eu não posso considerar a assinatura do tratado como esse, que projeta um caminho para a paz, e inconcebível para o nosso povo."

"Por estas razões — concluiu — eu não posso considerar a assinatura do tratado como esse, que projeta um caminho para a paz, e inconcebível para o nosso povo."

Agradecimento ao Povo Brasileiro

Finalizando sua entrevista, o líder Lázaro Peña sublinhou particularmente a gratidão de seu povo pela solidariedade dos trabalhadores e do povo brasileiro à Revolução cubana. "O povo cubano reconhece agradecido o fato de que o governo do Brasil, no interesse da soberania de seu próprio país e no interesse de seu próprio povo, não se somou a determinadas pressões e agressões contra o governo cubano, exigidas pelo governo norte-americano."

Salazar, em entrevista ao jornal "Deutsche Nationalzeitung und Soldatenzeitung", da Alemanha ocidental, mostrou-se grato ao apoio que vem recebendo do governo de Bonn pela política colonialista de Portugal. Teceu louvores também ao acordo militar firmado entre os dois países, e expressou a esperança de que a imprensa da Alemanha ocidental valorizasse com justiça "nossa posição moral, a qual, ademais, corresponde aos interesses europeus". O redator português acrescentou que a Alemanha de Bonn é o país que lhe presta maior ajuda, seguida da Espanha e da França. Aproveitando a oportunidade, pediu à imprensa de Lisboa dirigiu ataques furiosos à ONU, pela condenação desse organismo à sua política na "provincia de ultramar". De parabéns, portanto, o mundo livre.

HERANÇA MALDITA

Está sendo julgado, nos Estados Unidos (em Jackson) o indivíduo Byron Beckwith, acusado do assassinato do líder negro Medgar Evers, em 1968. Como foi anunciado na época, Evers, que era secretário da Associação Nacional para o Progresso dos Homens de Cor, recebeu um tiro pelas costas, quando regressava à sua residência. O lamentável da notícia não é propriamente o fato de que o júri é composto de onze homens brancos, nem que o assassino seja casado com uma mulher loura, mas relevante é o fato de o filho de Byron ter declarado ao correspondente da AP ser racista, tendo o jornalista apurado que se trata também de um "play-boy" de Greenwood, e a bela herança que o assassino vai deixar ao filho: o ódio à raça negra.

Moisés Tchombe, um dos assassinos do líder congolês Patrice Lumumba, reside hoje em Madrid, gastando os milhões que surrupiou ao povo do Congo. Agora, resolveu falar sobre o crime hediondo. E acusa os atuais dirigentes congolenses, afirmando que, em agosto de 1960 (um mês depois da independência do Congo), a eliminação de Lumumba já era discutida. E o governo belga — quem o diz é o próprio Tchombe — deu aos antilumumbistas uma "primeira e importante soma". Acrescenta ele que o governo de Bruxelas não queria a eliminação física, mas apenas uma ação de propaganda. São todos uns anjos: Tchombe, Kasavubu, os integrantes do governo belga. Até que os congolenses lhes queimem as asas.

ANJOS DO CONGO

Moisés Tchombe, um dos assassinos do líder congolês Patrice Lumumba, reside hoje em Madrid, gastando os milhões que surrupiou ao povo do Congo. Agora, resolveu falar sobre o crime hediondo. E acusa os atuais dirigentes congolenses, afirmando que, em agosto de 1960 (um mês depois da independência do Congo), a eliminação de Lumumba já era discutida. E o governo belga — quem o diz é o próprio Tchombe — deu aos antilumumbistas uma "primeira e importante soma". Acrescenta ele que o governo de Bruxelas não queria a eliminação física, mas apenas uma ação de propaganda. São todos uns anjos: Tchombe, Kasavubu, os integrantes do governo belga. Até que os congolenses lhes queimem as asas.

UM PIEDOSO NAZISTA

Em Frankfurt está sendo julgado o um outro inocente: o ex-enfermeiro das tropas nazistas, Josef Kiehn, que aplicava injeções de ácido fênico no coração dos prisioneiros. O cofundador do dia que fez isso porque recebeu ordens, pois era um homem bom. O pedoso enfermeiro (que hoje é carpinteiro), afirmou que, duas vezes por semana, fazia aquelas aplicações em grupos de 12 a quinze prisioneiros. Quando o juiz comentou que ele teria matado uns 200, Josef retrucou, não sem esconder certa vaidade pelo recorde: "não... 250 a 300", aduzindo que o fuzra para cumprir ordens. O caríssimo exerceu suas caridosas atividades no campo de concentração de Auschwitz. E é colega de alguns dos atuais dirigentes da Alemanha ocidental.

Em Frankfurt está sendo julgado o um outro inocente: o ex-enfermeiro das tropas nazistas, Josef Kiehn, que aplicava injeções de ácido fênico no coração dos prisioneiros. O cofundador do dia que fez isso porque recebeu ordens, pois era um homem bom. O pedoso enfermeiro (que hoje é carpinteiro), afirmou que, duas vezes por semana, fazia aquelas aplicações em grupos de 12 a quinze prisioneiros. Quando o juiz comentou que ele teria matado uns 200, Josef retrucou, não sem esconder certa vaidade pelo recorde: "não... 250 a 300", aduzindo que o fuzra para cumprir ordens. O caríssimo exerceu suas caridosas atividades no campo de concentração de Auschwitz. E é colega de alguns dos atuais dirigentes da Alemanha ocidental.

GOZADORES DE MIAMI

Cinco "organizações de exilados cubanos" — das centenas que existem à cata dos dólares da CIA — resolveram fundir-se, constituindo o que chamaram de "Junta Revolucionária". Dizem as notícias que a "nova" entidade deixou de lado o "Conselho Revolucionário Cubano" chefiado por Cardona e Varona. Todas as unidades que agora "se fundiram" ostentam modestamente nomes revolucionários. Uma delas foi treinada em Fort Jackson, juntamente com forças do Exército norte-americano. O compromisso do Conselho é o seguinte: "até ao estarmos lutando em Cuba". Há cinco anos esses gozadores vivem a mesma coisa. Agora, para facilitar a entrada pelo canal, tratam de fundir-se.

JAPÃO DIZ «GO HOME»

Quase um milhão de japoneses participaram das manifestações realizadas nas vizinhanças de mais de 40 bases norte-americanas em todo o país. A principal manifestação deu-se junto a Yokoda, a maior base aérea lanque no Japão. Foram 120 mil pessoas, portando faixas e cartazes, que aprovaram uma resolução comprometendo-se a lutar contra as bases atômicas e pela expulsão das tropas norte-americanas do Japão e de toda a Ásia. Depois da concentração, os manifestantes dividiram-se em três grupos, cercando a base e bradando "Fora os ianques". Estes, aterrizados, fecharam as portas da base e não se atreveram a apreender. Também em Itabashi, outra importante base, sessenta mil patriotas japoneses cercaram as instalações lanques durante três horas e meia. E por isso que Nixon está desesperado: "perdemos Cuba, Zanzibar"... e estamos perdendo o Panamá, o Japão, etc.

UM FOGUETE LUSO

Alves Pinheiro nos manda notícias de Portugal. Três jovens do Porto resolveram lançar "um foguetão de dois andares", que subiu rapidamente, dirigiu-se para o mar, dividiu-se em dois, caindo no Oceano, tudo como havia sido previsto. Acrescenta que é a segunda experiência desses jovens, e a primeira de sucesso. Tudo indica que Von Braun mandará chamar os lusos para dar uma ajudinha nos seus "Rengers", pode ser que assim venha alguma foto da Lua. O Portugal de Salazar não deixa de ter suas ambições: quer ser o dono do espaço, como os homens de antanho foram donos do mar.

CUIDADO COM AS «INFORMAÇÕES»

O sr. Vitor Régio, comentarista internacional de "Última Hora" de São Paulo, gosta de exibir seu ecletismo "esquerdista". Esse é um direito que ninguém lhe pode negar, ainda quando

isso possa eventualmente levar confusão a certos leitores menos prevenidos. Mas, o que nenhum jornalista sério tem o direito de fazer especialmente quando se pretende "esquerdista

puro", é encampar falsidades distribuídas pelas agências noticiosas imperialistas, para daí tirar conclusões.

E foi precisamente isso o que fez o sr. Vitor Régio em seu comentário de 17 de janeiro. Para edificação do leitor vamos transcrever todo o primeiro tópico dessa matéria. Ali diz ele:

"Ontem, escrevíamos nestas colunas que a fibra do povo espanhol e a sedução que as "iguarias" chinesas iam exercendo em ponderável ala do Partido Comunista Espanhol eram a nuvem no horizonte de Franco. Um telegrama da France Press proveniente de Madrid e publicado na imprensa paulista veio confirmar, 24 horas depois, nossa opinião. O "Mundo Obrero", órgão da Comissão Política do PC publica um editorial em que é acolhida a tese de que Moscou, e não Pequim, dividiu o comunismo internacional, que as conversações

hispano-soviéticas reforçaram o regime franquista e que, principalmente, o Comité Central do PC foi responsável pelo malogro parcial das greves asturianas do verão passado. Esta última acusação é muito grave. Vem ao encontro de denúncias, até agora veladas, de muitos militantes experientados. Voltaremos, posteriormente, ao assunto."

Ora, essa edição de "Mundo Obrero", a que se refere o comentarista internacional Vitor Régio, não passa de uma grosseira falsificação da própria polícia de Franco. Nem isso constitui novidade ali. Quando o PC espanhol lançou a palavra de ordem de luta pela reconciliação nacional, a reação franquista, desesperada pela profundidade de penetração dessa orientação, elaborou também um número falso de "Mundo Obrero" para lançar confusão nas fileiras operárias. Em

INDOLOR E INCRUENTO...

Mais um golpe de Estado no Vietnã do Sul. Destituído o Comité Militar do general Duong Van Minh — e instaurado o poder de um Conselho Militar Revolucionário, presidido pelo general Nguyen Khanh.

Motivo: necessidade de combater o comunismo. Segunda-feira atrasada — 27 de janeiro — o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert MacNamara, relatou a situação do Vietnã do Sul ao Congresso e declarou que os comunistas andavam progredindo muito, ao mesmo tempo que o governo que depusera Diem e madame Nhu manifestava-se incapaz de opor-se

com eficácia ao avanço dos comunistas.

Isso, segunda-feira. Vem a quinta — e cal o governo acusado de incompetência em matéria de anticomunismo. E sobe ao poder um comité novo, que se propõe o objetivo de mostrar competência em matéria de anticomunismo.

Mas a questão perde a aparência de simplicidade com uma outra revelação feita pelo general Nguyen Khanh: o governo depois mostrava tender a uma posição de neutralidade, e alçou o dedo do general De Gaulle, patrocinador da idéia de que o Vietnã do

Sul deve adotar essa posição.

Há um conflito entre a política exterior da França e a do Departamento de Estado a respeito do problema Vietnã. De Gaulle virase de novo para a Ásia e contrária, assim, o Departamento de Estado.

Do golpe de Estado de quinta-feira no Vietnã do Sul as agências de notícias estrangeiras destacam uma particularidade (a sua falta): o golpe de Estado não provocou derramamento de sangue, como aconteceu a 1.º de novembro último."

E' um consólio: golpe de Estado indolor e incruento...

No Mundo da Lua

Durante dias, a "grande imprensa" abriu enormes manchetes para anunciar que os EUA conquistaram a "superioridade" sobre os soviéticos ao mandarem à Lua o "Ranger VI". Fazendo um trocadilho, de puro sabor lanque, disse o "Diário de Notícias", edição do dia 2: "Ranger VI Está no Mundo da Lua Vencendo a URSS". A alegria durou pouco: já no dia 3, os mesmos jornais viam-se obrigados a publi-

car os telegramas de Nova Iorque dizendo que o "Ranger" apenas caiu na Lua, não "andando fotografias para a Terra. Quer dizer: a "superioridade" se reduziu a terem os EUA conseguido fazer hoje o que os soviéticos fizeram já há cinco anos: mandar um foguete à Lua...

Como se vê, não é só o Ranger que está no mundo da Lua. E' também, com ele a "imprensa sadia".

Advertisement for "Ranger Vencendo a URSS" featuring a rocket launch and text about the space race.

ARRAES - ANO I

Dia 31 de Janeiro, o povo pernambucano saiu às ruas para festejar o primeiro aniversário do governo Miguel Arraes. Tão cedo em Recife como na maioria dos municípios do interior, as festas populares se prolongaram por todo o dia. Tão grande era a alegria do povo que as comemorações logo adquiriram as características de um verdadeiro antecipado do Carnaval. Dançava-se e cantava-se nas ruas, entre as vivas a Arraes e os brados pelas reformas de base.

As comemorações concentraram-se especialmente em Recife. Durante todo o dia, o governador Arraes, acompanhado de seus auxiliares, inaugurou várias obras. Participaram também de diversos atos, entre os quais uma sessão no Ministério dos Comércios

e outra no Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar.

A noite, as festividades culminaram com uma concentração de dezenas de milhares de pessoas — sobretudo operários e camponeses, vindos de diversos pontos do Estado — na Praça da República. Durante várias horas, diante de uma multidão compacta e cheia de entusiasmo, desfilaram numerosos oradores, representantes de trabalhadores, camponeses, estudantes e intelectuais. Entre os oradores figuraram o deputado Artur Lima Cavalcanti, pela Frente Parlamentar Nacionalista, o ex-deputado Davil Capistrano, em nome dos comunistas pernambucanos, e o líder sindical Cleber Fargine Dantas, presidente do CONNINTRA.



Nossa Luta é Pela Emancipação

Na concentração realizada na Praça da República, na noite de 31 de Janeiro, o governador Miguel Arraes — interrompido várias vezes por delirantes e prolongados aplausos — pronunciou o seguinte discurso:

Meus amigos:

Este é o primeiro aniversário do governo do povo de Pernambuco. Para comemorá-lo, não trazemos nenhuma cartola de mágoa, dentro da qual se guardam promessas e ilusões. O tempo dos mágoas já passou: os raros que ainda insistem em ludibriar nosso povo apenas fazem rir os poucos crédulos que os assistem. Os tempos mudaram e eles não perceberam. Nossa vida também está mudando: o preço dos políticos de cartola é mais caro do que o do café e o do açúcar. Não descobri a si mesmo e descobri que pode, ele, próprio, trabalhar contra sua miséria e sua fome — preço das promessas, da ilusão e da mágoa.

O trabalho é uma liberdade que estamos, como povo, aprendendo a conquistar. Nos doze meses que hoje findam, essa foi a nossa maior luta: dar dignidade ao trabalho do homem, nas cidades e nos campos, e criar condições para que ele trabalhe cada vez melhor e todos possam, um dia, viver na alegria de seu próprio trabalho. Fácil não vem sendo essa luta: a facilidade não é deste nosso mundo — o Nordeste — no qual os que sobrevivemos à doença e à fome temos de lutar, cada dia, contra a doença e a fome de milhões. E ainda dizem que somos felizes, de sofrimento e de perseverança, cedo aprendemos que a teimosia é a condição de nosso viver.

Mais do que há um ano atrás, tenho agora razões para dizer que governar não é fácil nem é cómodo, no Brasil de hoje. E em Pernambuco principalmente. A não ser para os que governam tendo em vista, apenas os interesses de pequenas minorias favorecidas: para esses, o exercício do poder é uma espécie de vilegiatura altamente rendosa. Para nós, porém, é uma luta sem condições e sem tréguas, cuja recompensa única — e bastante — é o privilégio de estar lutando.

Não me refiro ao deficit encontrado, pois o simples deficit não significa necessariamente falta de governo. Quero referir-me ao descalabro administrativo, com a onerosa multiplicação de serviços, de pessoal e de material para os mesmos fins: refiro-me ao malbarateamento do dinheiro do povo, com a aquisição de custosos maquinários, escolhidos em catálogos de propaganda de complexos industriais superdesenvolvidos, muitos dos quais continuam subutilizados ou mesmo, encalhados há vários anos, sem trazer qualquer benefício ou melhoria às condições de vida da coletividade, como se fôssemos uma sociedade constituída exclusivamente de caprichosos perulheiros. Refiro-me ao caos em que nos deparamos o Estado sem memória de seu patrimônio, sem saber exatamente o que possui e onde possui. Até hoje estamos a descobrir o Estado, a completá-lo e atualizá-lo a memória de seu patrimônio para que de agora por diante, seja possível gerenciá-lo com mais segurança. Não era o deficit, pois, o que nos impressionava. No setor de saúde pública, por exemplo, encontramos uma dívida que somava cerca de 500 milhões de cruzeiros;

nada poderíamos objetar, se a essa dívida correspondesse melhoria nos serviços de saúde pública que o Estado tem a obrigação de assegurar ao povo. Nada disso: o deficit lá estava, mas os hospitais estavam como ainda hoje estão, em grande parte, carentes de providências e de reformas que lhes possibilitem atender convenientemente à população. Havia hospitais que não recebiam reparos há 20 e até há 30 anos. Outros, eram criminosos depósitos de doentes.

No setor de Agricultura, o deficit encontrado também não representa uma despesa feita em benefício do povo. Ainda hoje estamos pagando equipamentos que o governo passado comprou a prazo, muitos dos quais como os tratores, para servir como propaganda sua durante a campanha eleitoral. Ora, a política de comprar tratores nem é a única nem é a mais acertada, em nosso caso. Os tratores servem a uns poucos setores da população rural do Estado, os quais já são cumulados de outros favores oficiais; mas, não servem à imensa maioria de nossa população rural, que necessita de instrumentos agrícolas mais simples e menos custosos. Pois bem: enquanto esses tratores eram adquiridos, tendo em vista principalmente a propaganda eleitoral, uma fábrica de arados obrigada a mudar sua linha de produção, para fabricar outros materiais por falta de aço, e de encomendas do Estado. O exemplo da Companhia de Revenda e Colonização é ainda mais escandaloso. All foi encontrado um deficit de cerca de 125 milhões, sem que essa empresa houvesse, sequer, iniciado a formulação de uma adequada política de abastecimento de gêneros. O que fez foi, às vésperas da campanha eleitoral, comprar gêneros de qualquer modo e, demagógica e criminosamente, vendê-los ou quase doá-los, na esperança de obter votos que lhe permitiriam, e a seus associados de demagogia, continuar enganando o povo à custa do dinheiro do povo. Quando assumimos o governo, em concreto e sem crédito, que em 26 meses de funcionamento havia faturado, apenas, a quantia de 213 milhões de cruzeiros. Hoje, a CRC é uma das quatro sociedades brasileiras de economia mista que dispõe de crédito do Banco do Brasil e, em apenas onze meses de nova administração e nova política em nosso governo, faturou dois bilhões e quarenta e cinco milhões de cruzeiros, o que significa um crescimento de 832% sobre os dados do governo anterior. Mais ainda: tendo estabelecido uma política de abastecimento de gêneros alimentícios e de assistência aos pequenos e médios agricultores, a CRC, nos já citados milhões de quilômetros de charque à população do Estado, contra nenhuma grama da administração anterior, e abastecido todos os municípios do interior com toda a linha de implementos agrícolas de que necessitam as pequenas e médias propriedades.

Para finalizar essa rápida enumeração: ninguém ignora, por exemplo citado no Brasil inteiro, que mais de 90% da despesa do or-

çamento de Pernambuco é feita com o funcionalismo. A isso deveria corresponder, pelo menos, um aparelho administrativo, de causar inveja aos outros Estados. Longe disso, o que encontramos foi uma desorganização burocrática terrível. O funcionalismo efetivo e regular sem poder dar o rendimento mínimo que dele se poderia exigir, por falta de racionalização dos serviços, pela confusão de órgãos semelhantes e afins, pela carência de métodos e de técnicas administrativas coerentes com a nossa realidade cotidiana. Além dele, fora dos quadros do Estado, agregados em qualquer parte, e de qualquer forma, remunerados de modo o mais disparatado, encontramos milhares de pessoas, inclusive quatro mil professores, cuja situação irregular perdurava há vários anos.

A Falsa Democracia

Esse quadro, que ora descrevo sem propósito de crítica, apenas em parte reflete a situação do Estado há um ano atrás; mas, permite a todos imaginar as dificuldades que vivemos e ainda temos de vencer. Diante dele, e tendo em vista que nós eramos, como somos, o povo no exercício do poder, não era nem possível hesitar diante das duas alternativas que se nos apresentavam: ignorar o quadro encontrado ou correr o risco de aceitá-lo e assumi-lo. A primeira, esta última e nacionalmente, cada novo governo querendo evitar dificuldades e por isso partindo para a execução de planos e programas que se superpõem aos incompletamente realizados pelo governo anterior: é uma espécie, de caminho de facilidade, que escamoteia a realidade e pode conduzir a uma efêmera aparência de eficiência e trabalho. Mas não conduz, não pode conduzir à solução dos verdadeiros problemas de nosso Estado e de nosso povo, cuja economia, nessa hipótese, é malbaratada em nome de interesses que não são os seus, é utilizada para privilegiar, nem podia ser de outro modo: sendo o reflexo de antagonismos e divergências, que se compenham ao longo do processo administrativo e político, essa atitude de governo reflete a ditadura econômica e social que sobre a imensa maioria do povo, exercem minorias secularmente favorecidas pelo exercício do poder. Dizendo-se mandatários da maioria do povo, essas minorias fingem esquecer que dois terços de nosso povo não votam; dizendo-se democráticas, procuram pela violência e pelo terror impedir que os trabalhadores defendam o pão de cada dia através das greves e dos movimentos de organização e de solidariedade, únicas armas de que dispõem; dizendo-se defensoras do interesse geral, limitam-se à defesa de seus próprios interesses, negando a milhões e milhões de brasileiros o direito de se integrarem na comunidade nacional, não lhes reconhecendo interesses nem lhes permitindo outro direito que, o de serem miseráveis e subhumanos. A segunda alternativa, que foi a por nós adotada, significava assumir o ônus dos acertos e dos erros da administração anterior e tratar de equacioná-los do ponto de vista do povo, tendo em vista o interesse de todos e não somente o interesse de alguns grupos. Tratava-se, para nós, de aceitar o desafio de uma realidade de desigualmente

caótica. E para aceitá-lo não era necessário ser herói ou santo. Era, necessariamente, ser herói e santo, e povo impregnado de patriotismo e de revolta, capaz da humildade de fincar os pés na terra, ainda que essa terra seja a da extrema miséria e a do atraso extremo; capaz de não sentir vergonha de ser o governo de Zé Ninguém, de não ter nó e método da doença, da fome, da subhumanidade do povo e não procurar ignorá-las ou escondê-las, mas trabalhar para superá-las.

Nunca nos fizemos ilusões quanto às dificuldades a enfrentar. Sabíamos que muitas iriam decorrer do desespero dos que perderam o governo de Pernambuco e sentem que não mais poderão, normalmente, voltar a exercê-lo. Em várias oportunidades advertimos que esse tipo de dificuldades nem de longe nos atormentaria. E que nós não seríamos responsáveis por elas: não nos arrearíamos um só passo do programa que nos traçamos e da linha de conduta pacífica e ordeira com que o estado nos executando, mas, qualquer tentativa de ilegalidade contra o governo do povo de Pernambuco certamente teria consequências imprevisíveis, pela resposta imediata e franca que a ela daríamos. E que nós, o povo e a força do povo é invencível. Os que disso ainda duvidavam, ensinaram a investir contra o nosso governo, durante o episódio infeliz do estado de sítio. E foi o que se viu: o povo mobilizado e rapidamente se organizando, aqui e no interior, para não permitir a usurpação de seus direitos. Fracassada essa tentativa, como outras anteriores, nós sabemos que mesmo assim novas tentativas poderão ser feitas. O povo está atento e vigilante, está organizado para enfrentar esse tipo de dificuldade.

Consciência Crítica

O tipo de dificuldade que ainda nos preocupa é o que decorre de nosso próprio contexto socio-econômico, cujo processo está criando, com rapidez inesperada, realidades novas para as quais ainda não estamos suficientemente preparados. Não que isso nos impeça de continuar avançando, que isso seja obstáculo irremovível ao progresso de nossa luta contra o subdesenvolvimento, o atraso e a miséria. E que nem todos já se capacitaram dessas dificuldades, e a falta dessa consciência crítica é que é, em si mesma, um obstáculo a ser imediatamente removido.

Do ponto de vista administrativo, por exemplo, essa consciência crítica é urgente. Não basta dizer que em Pernambuco o povo está integrado no governo. É necessário que isso seja — como não é na realidade — uma simples frase de efeito. É preciso que todos se capacitem de que, num governo como o nosso, a administração pública tem de ser encarada de outro ponto de vista que não o tradicional em nosso meio. É preciso, por exemplo, corrigir o erro de planejar de cima para baixo, o planejamento sendo uma imposição ou uma fatalidade que se abate sobre a cabeça dos que, por falta de participação ou de comunicação, têm uma visão deturpada ou incompleta dos problemas. O exercício democrático do poder deve ser a resultante de vontades livremente aliadas, tendo em vista um objetivo político comum. E nenhum administrador, por mais consciente que se presume, pode conhecer profundamente quais os interesses de determinada co-

munidade, se não ausculta essa comunidade, se não estabelece com ela um diálogo permanente de igual para igual. Problemas que pareçam simples, como o da opção entre, um poste de iluminação pública e um simples chafariz em determinado logradouro, ganham sua verdadeira dimensão quando examinados de baixo para cima. E sendo Pernambuco um Estado pobre, nossa tarefa principal é impedir o gasto supérfluo, ou inadequado, ou não-prioritário; é procurar aplicar os recursos de que dispomos naquilo que é prioritariamente fundamental a cada comunidade. Uma política desse tipo não envaldece nem serve à propaganda eleitoral, mas é a que nos parece mais eficaz ao encaminhamento de nossos problemas coletivos e a que exige do administrador, a condição de povo impregnado de patriotismo e de revolta. E essa condição só se adquire ou mantém pelo diálogo permanente, entre a administração e o povo, diálogo do qual resulta o planejamento de baixo para cima, como nova atitude da administração pública. Essa atitude nova cria choques com a máquina administrativa preexistente, que estamos procurando transformar, através de reformas, de debate e de esclarecimento, mercedo quais se cria a consciência de que o governo não é apenas o que foram eleitos, mas todos os que participam dos serviços públicos e também o povo, porque quem esses serviços devem ser instituídos e realizados, aqui e em qualquer cidade, não pode pretender a condição de funcionário do Estado, disputando em concorrência essa condição, sem ter de recorrer à influência ou a prestígios políticos, cuja atitude paternalista e assistencialista, agora eliminada, tanto deturpou a função pública.

Antipaternalismo

Essa mudança de atitude diante dos problemas é um dos fundamentos da integração do povo no governo. E essa integração não é nem uma frase de efeito demagógico nem uma fórmula ou receita milagrosa. É uma política. É uma política que rejeita e combate o princípio básico daquela outra política, que dominava em Pernambuco até um ano atrás, segundo o qual a generalização da miséria é inevitável e necessária à prosperidade de uns poucos. Esse tempo, para nós, pertence a um passado irreversível, e subjetivamente muito distante, do qual nos guardamos, qualquer saudade. Nossa política é a de dar ao homem, quem quer que seja, e onde quer que ele se encontre a dignidade de cidadão capaz de reconhecer e defender suas liberdades e seus direitos. Daí nossa luta contra o paternalismo e o assistencialismo, nos quais nosso povo vai gradativamente perdendo a antiga ilusão, que o entorpeceria para o reconhecimento de sua própria miséria. É natural que essa luta ainda encontre resistências, felizmente bem localizadas, que esperamos vencer pelo exemplo, pelo diálogo, pelo esclarecimento, na prática de uma política de libertação e dignificação do homem.

Cajuero Sécio é o melhor exemplo do antipaternalismo de nossa política de libertação do homem. Ninguém ali verá o governo construindo casas para dar a sustentá-las; seria fácil e simples construir 300 casas, ou 500, ou 1.000, e para elas transferir famílias cujos mocambos seriam in-

conduzidos para efeito de propaganda. Mas, isso não resolveria nem o problema dessas famílias — que continuariam a ser mesmas condições econômicas de antes, e já agora sem possibilidades de manter as novas casas, que lhes exigiriam mais que os antigos mocambos — nem resolveria o problema habitacional, por exemplo, de 70% da população do Recife, que vive em mocambos e dos quais essas 300 famílias constituiriam menos de meio por cento, apenas. Quem não compreender isso não compreenderá Cajuero Sécio, não entenderá a mudança que ali se está processando, numa experiência que vamos estender a vários pontos do Estado.

Ainda hoje foram assinados dois decretos de desapropriação de terrenos, somando 138 hectares na região do Recife, para serem imediatamente ampliar a experiência de Cajuero Sécio. Essa experiência é simples e fácil, quando é o povo quem governa. O que ali se faz é criar condições para que o homem, numa área urbanizada pelo governo, construa seu mocambo ou sua casa, a seu modo e a seu gosto segundo suas possibilidades, mas, tendo todas as oportunidades de melhorá-las, segundo as novas necessidades objetivas e subjetivas que vai criando, uma vez integrado na comunidade. All não há nem doação nem imposição. O homem se descobre e se liberta pelo trabalho e pela vida em comum com outros homens.

A Intranquilidade

Desse comportamento político-administrativo se disse que era subversivo e visava ao momento a generalizar a intranquilidade no Estado. Mentira-se de novo e desesperadamente, aqui e no Sul do País, como se um dia a verdade não saltasse aos olhos de todos, não invadisse a consciência dos próprios fabricantes das mentiras, como reflexo de uma realidade objetiva e indiscutível. O problema dos trabalhadores da Zona da Mata, por exemplo, foi um dos pretextos preferidos por toda uma custosa campanha de calúnia e de mentira. Mas, apesar de tudo isso, das ameaças e das pressões recebidas, para que não subvertêssemos a ordem nem disseminássemos a intranquilidade no Estado, em nada modificamos nosso comportamento político e administrativo, nem o modificaremos.

Os primeiros resultados alçados, para julgamento de quem tenha honestidade e isenção para julgar. O Acordo do Campo é um desses resultados, e dele nosso governo guarda justificado orgulho. As mudanças que ele provocou, e continua a provocar, em nosso contexto socio-econômico, emudece hoje aqueles que ainda ontem, em desespero de causa, diziam que nossas tentativas de acordo entre camponeses e usineiros visavam à subversão e à intranquilidade. Na verdade, foi subvertida a ordem semifeudal que há 300 anos reinava na região da Mata. Modificaram-se as relações de trabalho e de emprego, melhoraram as condições de vida das populações rurais, aumentou a circulação de dinheiro na região, floresceu o decadente comércio de dezenas de cidades, a lavoura da cana registrou em 1963 os melhores resultados, a indústria, a agro-indústria, a agro-indústria, o comércio, os serviços, os transportes, um óbvio de vida nova acena esperanças que o nosso povo jamais antes conheceu. Toda essa subversão gera, na verdade, um clima de intranquilida-

de. Até pouco tempo, aos que me indagavam sobre a falada intranquilidade em Pernambuco, eu respondia que Pernambuco era um dos mais tranquilos, senão o mais tranquilo Estado da Federação. Hoje, quero publicar opinião diferente. Sinto e sei que, hoje, Pernambuco é o Estado mais intranquilo da Federação. Não se trata daquela intranquilidade de que falavam as campanhas de calúnia e de mentira, e nelas isso queria dizer falta de segurança e de confiança, pânico pela iminência de explosões de ódios e de vinganças pessoais. De outra espécie de intranquilidade vive agora tomado nosso povo e nosso Estado. Trata-se de salutar intranquilidade de quem, de repente e ao mesmo tempo, descobriu seu atraso e sua possibilidade, de superar o atraso e progredir: desse especial estado de espírito que contamina todo um povo, quando ele presente sua oportunidade, histórica e percebe que se encontra amadurecido para efetivá-la. Tal é o nosso caso. Os poucos mas expressivos êxitos obtidos neste primeiro ano de governo não nos subiram à cabeça. Por outro lado, os erros cometidos não nos arrefeceram o ânimo. Daí nossa intranquilidade. Não é o receio — para retomar o mesmo exemplo da Zona da Mata — de que se percam os avanços obtidos. Já se insinuava que o camponês não estava preparado para ganhar o que hoje ganha; que ele não sabe que fazer do dinheiro, e por isso começa a ser vítima de outros tipos de exploração. E que o governo devia ter antes educado o camponês para que ele melhor aproveitasse a situação que hoje destruíra. Essa é uma visão ingênua e estreita dos fenômenos sociais e históricos. É necessário substituí-la por uma visão realista e ampla, que nos ofereça perspectiva de futuro.

Nos a intranquilidade vem, também, do fato de sabermos que estamos em atraso e é necessário não perder tempo. E muito tempo tivemos de perder nestes primeiros doze meses de governo. O resultado é que fizemos muito pouco em relação às necessidades de nosso povo, apesar do esforço despendido por todos nós, todos os que temos responsabilidade direta ou indireta neste e governo, desde o Governador ao mais humilde dos servidores. Somos todos animados do mesmo espírito e da mesma vontade de trabalhar para que o povo de Pernambuco reencontre o caminho de sua antiga grandeza e de sua antigamente reconhecida e invejada prosperidade.

Não nos basta o fato de sabermos que a arrecadação do Estado aumentou de 85,3% neste primeiro ano de governo, embora muitos impostos tenham baixado, e que um município como Taquaritinga do Norte tenha aumentado sua arrecadação em cerca de 1.384,8%. Não nos basta o fato de saber que o atual Banco de Desenvolvimento de Pernambuco, que emana da antiga e pouco movimentada Caixa de Crédito Mobiliário do Estado, aumentou, em relação a 1962, em mais de 5 bilhões os empréstimos efetuados em empréstimos efetuados em 1963, e com isso atendeu 1.213 pequenas e médias indústrias de auxílio e de estímulo. Não nos basta, também, saber que os pequenos e médios agricultores estão sendo auxiliados como jamais o foram em toda a nossa história. Tudo isso faz parte da política do governo do povo de Pernambuco, que hoje

comemora o primeiro aniversário. O que nos preocupa, sem falsa modestia, é saber que tudo isso ainda representa muito pouco em relação às necessidades do povo e do Estado. A experiência adquirida neste primeiro ano vai nos ensinar a agir com mais presteza no segundo ano que logo vamos iniciar.

Emancipação Nacional

Mas, é necessário que o povo não esqueça, de que nossos problemas não poderão ser efetivamente resolvidos, caso os problemas nacionais não sejam, eles também, equacionados e resolvidos segundo os interesses do povo brasileiro. Quero dizer, segundo os anseios de emancipação nacional. E não haverá emancipação alguma sem a liquidação do processo imperialista em nossa economia. Não haverá nenhuma emancipação sem a reforma das estruturas escravistas que ainda são as nossas, principalmente a reforma agrária, que aqui já foi iniciada. Os interesses na conservação dos privilégios e na manutenção das estruturas que os alimentam, procuram espalhar o pânico entre as diversas populações do interior do País, querendo convencê-las de que a reforma agrária é o fim do mundo, porque é a tomada indiscriminada de terra aos que a possuem e nela trabalham. Ao povo de Pernambuco ninguém precisa ensinar o que é a reforma agrária. O camponês humilde, o pequeno e o médio proprietário de terra, e o próprio senhor que tem seu latifúndio cultivado e produzindo, todos sabem que o governo não quer tomar a terra de quem efetivamente trabalha a terra. O que o governo pretende, e vai fazer é ajudar aos pequenos e aos grandes que vivem de trabalho na terra, dando-lhes assistência e empréstimo para que eles possam melhorar. Como o lutou para que o humilde camponês fosse convenientemente remunerado por seu trabalho na lavoura da cana. E também certo que o governo vai fazer produzir as grandes extensões de terra que permanecem incultas e inexploradas, e isso só pode trazer benefícios para todo o povo brasileiro.

Quero que todos saibam qual é nossa posição nessa luta, e por isso falo com franqueza com quem sempre tenho falado a todos. Nossa luta é pela construção de uma pátria livre e independente, onde nosso povo possa viver próspero e feliz. Isso quer dizer que nossa luta é pela manutenção das liberdades e da democracia, pois sem elas nosso povo não pode organizar sua unidade e sua resistência. Nossa luta é contra os capitais imperialistas, que espilham nossas riquezas e procuram descreditar nossos anseios de emancipação, como agora estão fazendo com a Petrópolis, que é o nervo e o sangue de nossa libertação. Nossa luta é pelas reformas de base, especialmente a reforma agrária, pois sem ela nosso povo não conseguirá ser livre e independente. Nossa luta é pela paz no mundo, porque a paz é o bem supremo e a suprema finalidade da vida humana.

Trabalho e paz, meus amigos, são meus votos para o povo neste primeiro ano de governo.

Paz e reformas, para que sejamos livres e prósperos. Reformas e governo democrático e popular, para que sejamos uma nação livre e independente."

A Verdade Sobre o Massacre de Mari

A Frente de Mobilização Popular da Paraíba divulgou uma nota oficial em que esclarece o povo sobre os acontecimentos que tiveram a vida de dez lavradores daquela região, metralhados por policiais a serviço dos usineiros. Os trágicos acontecimentos do dia 15 de janeiro passado foram pela sua brutalidade, amplamente divulgados pela imprensa, que tratou de modificar, seguir dos interesses, o desenrolar dos fatos. Dessa maneira, a FMP depois de ter ouvido os participantes dos acontecimentos, apresentou as seguintes afirmações, que vinham sendo deturpadas pelos órgãos noticiosos:

1. O conflito, ao contrário do que foi divulgado, não se deu em terras da Fazenda Santo Antônio e nem mesmo dentro dos latifúndios da família Ribeiro, e sim na área de propriedade do sr. Nesinho de Paula, que havia concordado com o plantio a ser realizado pelos camponeses, e depois de ter-se entendido com o representante do sindicato dos lavradores.

O trabalho dos homens do campo desenvolveu-se ordenadamente por dois dias, sendo que os trabalhadores foram surpreendidos ao início da terceira jornada com a chegada de uma viatura da Usina São João, que conduzia o sr. Fernando Gouveia, o agrônomo José Daniel e ainda dois argonautas armados de metralhadoras, acompanhados

de três vigias da Usina. A seguir, a nota da FMP, historicando rapidamente os fatos, ressalta que nenhum dos policiais pertenciam ao destacamento policial da cidade de Mari, tendo sido recrutados pelos organizadores da chacina dentro os policiais de Santa Rita e conduzidos em caráter particular a Mari. Uma vez chegados ao local onde se encontravam os lavradores, o sr. Fernando Gouveia desceu do jipe que o conduzia em companhia dos policiais, e dirigiu-se ameadoramente contra o presidente do Sindicato dos Lavradores, sr. Antônio Galvão. Surgindo uma discussão entre os dois, os policiais, covarde e premeditadamente, dispararam suas metralhadoras contra a massa de lavradores que se encontrava no local. A isso, os lavradores que tinham visto tombar sem vida seus companheiros, investiram com suas foices e enxadas contra os policiais e seus acompanhantes, resultando mortos e feridos de ambos os lados.



VITIMAS DO LATIFÚNDIO

Dez lavradores morreram em Mari. Mataram-nos policiais armados de metralhadoras e instruídos pelos latifundiários. O usineiro chegou num jipe — acompanhado

dos assassinos e de capangas — para ocupar um chocalho na cabeça do presidente do Sindicato dos Lavradores, e mandando guindou mandou que abrissem fogo nos camponeses.

CONTAG em 1964: Sindicalização e Reforma Agrária

O plano de atividade da CONTAG para 1964 e a Reforma Agrária foram os principais pontos em foco na primeira reunião da Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, realizada em 18 de janeiro.

Para isto, utilizará todos os meios de divulgação possíveis na difusão do sindicalismo.

Reivindicações

As principais reivindicações dos camponeses brasileiros serão sustentadas em 1964 pela CONTAG, entre elas, a regulamentação imediata do Estatuto do Trabalhador Rural, fundamentalmente aqueles itens referentes à Carteira Profissional, à taxa de habitação, ao Conselho Arbitral e ao Imposto Sindical.

Reforma Agrária

A Confederação adotará a Resolução do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, e o plano de ação sob o título de "DECLARAÇÃO SOBRE O CARÁTER DA REFORMA AGRÁRIA".

Apoio à SUPRA

Após a reunião, a Diretoria da CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

Unidade e Solidariedade

A CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

No último ponto da ordem do dia, a Diretoria examinou as violências policiais contra os camponeses de Mari, no Estado da Paraíba, resolvendo enviar aquele Estado um de seus diretores, que verificará no local os acontecimentos e pedirá ao governador Pedro Gondim medidas preventivas quanto a fatos dessa natureza.

A CONTAG EM 1964

Ficou resolvido que a CONTAG, este ano, levará à prática uma série de providências para o desenvolvimento da sindicalização rural. Continuar-se-á o trabalho de formação e reconhecimento de sindicatos e federações, concentrando-se o trabalho nas regiões fundamentais do País.

A CONTAG DARÁ ASSISTÊNCIA URGENTE ÀS FEDERAÇÕES, AJUDANDO-AS NA ELABORAÇÃO DE SEUS PLANOS DE TRABALHO.

CONTAG EM 1964: Sindicalização e Reforma Agrária

O plano de atividade da CONTAG para 1964 e a Reforma Agrária foram os principais pontos em foco na primeira reunião da Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, realizada em 18 de janeiro.

Para isto, utilizará todos os meios de divulgação possíveis na difusão do sindicalismo.

Reivindicações

As principais reivindicações dos camponeses brasileiros serão sustentadas em 1964 pela CONTAG, entre elas, a regulamentação imediata do Estatuto do Trabalhador Rural, fundamentalmente aqueles itens referentes à Carteira Profissional, à taxa de habitação, ao Conselho Arbitral e ao Imposto Sindical.

Reforma Agrária

A Confederação adotará a Resolução do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, e o plano de ação sob o título de "DECLARAÇÃO SOBRE O CARÁTER DA REFORMA AGRÁRIA".

Apoio à SUPRA

Após a reunião, a Diretoria da CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

Unidade e Solidariedade

A CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

A CONTAG DARÁ ASSISTÊNCIA URGENTE ÀS FEDERAÇÕES, AJUDANDO-AS NA ELABORAÇÃO DE SEUS PLANOS DE TRABALHO.

CONTAG EM 1964: Sindicalização e Reforma Agrária

O plano de atividade da CONTAG para 1964 e a Reforma Agrária foram os principais pontos em foco na primeira reunião da Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, realizada em 18 de janeiro.

Para isto, utilizará todos os meios de divulgação possíveis na difusão do sindicalismo.

Reivindicações

As principais reivindicações dos camponeses brasileiros serão sustentadas em 1964 pela CONTAG, entre elas, a regulamentação imediata do Estatuto do Trabalhador Rural, fundamentalmente aqueles itens referentes à Carteira Profissional, à taxa de habitação, ao Conselho Arbitral e ao Imposto Sindical.

Reforma Agrária

A Confederação adotará a Resolução do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, e o plano de ação sob o título de "DECLARAÇÃO SOBRE O CARÁTER DA REFORMA AGRÁRIA".

Apoio à SUPRA

Após a reunião, a Diretoria da CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

Sta. Catarina ADEMAR MANDOU MATAR DEPUTADO NACIONALISTA

Florianópolis, janeiro — (Do correspondente) — A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e a Delegacia Regional de Polícia dessa cidade, instauraram inquéritos a pedido da Mesa da Assembleia Legislativa, para apurar responsabilidades na tentativa de homicídio efetuado contra o deputado Estadual Paulo Wright.

O jornal *Folha Catarinense*, em sua edição desta semana, denuncia que o inquérito já entrou no seu "quadragésimo dia, sem que se apurasse nada de concreto. A polícia, alimentada pelo Ponto IV, simplesmente arrasta o inquérito".

O autor da trama contra a vida do deputado Paulo Wright, e o suplente de deputado e bicheiro Manoel Santos, elemento de confiança do sr. Ademar de Barros e encarregado da reestruturação do PSP em Santa Catarina.

Antecedentes

O deputado Estadual Paulo Wright foi eleito pela legenda do PSP. Como único deputado eleito pelo Partido, foi pressionado para que se licenciasse, dando vaga assim para os suplentes.

Apesar de todas as pressões, o deputado Paulo Wright não se licenciou, sabendo que os seus cinco primeiros suplentes são elementos comprometidos com o sr. Ademar de Barros. Diante disso, os suplentes Delamar Vieira e Manoel Santos, conseguiram fazer caducar o Diretório regional e receberam carta do sr. Ademar de Barros, encorajando-os a reestruturar o Partido. A primeira medida dos dois suplentes, foi anunciar que expulsariam o deputado Paulo Wright do Partido, devido às suas "idéias comunistas".

Morte Súbita e Facadas

O suplente Manoel Santos, sabendo que não conseguiria assumir o cargo com o deputado Paulo Wright vivo, resolveu matá-lo.

Condições de Trabalho

Conforme os autos do inquérito já instaurado pela Polícia, o bicheiro Manoel Santos contratou o sargento Júlio D'Ávila, para matar o deputado Paulo Wright, pelo que receberia cem

Mil Cruzeiros de Entrada e Cinquenta mil Cruzeiros por mês até o fim da presente legislatura.

Depois do inquérito, o sargento Júlio D'Ávila afirmou que o sr. Manoel Santos queria a morte a facadas, para "desfilar e não deixar provas". O depoimento do sargento foi confirmado por testemunhas.

Mandante é Bicheiro

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P.

O sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P., o sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P., o sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P., o sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P., o sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P., o sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P., o sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P., o sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P., o sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

O mandante do homicídio que se pretendia cometer contra o deputado Paulo Wright, já assassinou um caixa-corrente na cidade de Tubarão, estando atualmente em liberdade.

Ena depoimento prestado no inquérito da D.R.P., o sr. Manoel Santos declarou que era bicheiro (em Santa Catarina o jogo do bicho é proibido) e não contava com isto como nome de outros sete bicheiros.

CONTAG em 1964: Sindicalização e Reforma Agrária

O plano de atividade da CONTAG para 1964 e a Reforma Agrária foram os principais pontos em foco na primeira reunião da Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, realizada em 18 de janeiro.

Para isto, utilizará todos os meios de divulgação possíveis na difusão do sindicalismo.

Reivindicações

As principais reivindicações dos camponeses brasileiros serão sustentadas em 1964 pela CONTAG, entre elas, a regulamentação imediata do Estatuto do Trabalhador Rural, fundamentalmente aqueles itens referentes à Carteira Profissional, à taxa de habitação, ao Conselho Arbitral e ao Imposto Sindical.

Reforma Agrária

A Confederação adotará a Resolução do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, e o plano de ação sob o título de "DECLARAÇÃO SOBRE O CARÁTER DA REFORMA AGRÁRIA".

Apoio à SUPRA

Após a reunião, a Diretoria da CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

Unidade e Solidariedade

A CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

A CONTAG DARÁ ASSISTÊNCIA URGENTE ÀS FEDERAÇÕES, AJUDANDO-AS NA ELABORAÇÃO DE SEUS PLANOS DE TRABALHO.

CONTAG EM 1964: Sindicalização e Reforma Agrária

O plano de atividade da CONTAG para 1964 e a Reforma Agrária foram os principais pontos em foco na primeira reunião da Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, realizada em 18 de janeiro.

Para isto, utilizará todos os meios de divulgação possíveis na difusão do sindicalismo.

Reivindicações

As principais reivindicações dos camponeses brasileiros serão sustentadas em 1964 pela CONTAG, entre elas, a regulamentação imediata do Estatuto do Trabalhador Rural, fundamentalmente aqueles itens referentes à Carteira Profissional, à taxa de habitação, ao Conselho Arbitral e ao Imposto Sindical.

Reforma Agrária

A Confederação adotará a Resolução do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, e o plano de ação sob o título de "DECLARAÇÃO SOBRE O CARÁTER DA REFORMA AGRÁRIA".

Apoio à SUPRA

Após a reunião, a Diretoria da CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

Unidade e Solidariedade

A CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

A CONTAG DARÁ ASSISTÊNCIA URGENTE ÀS FEDERAÇÕES, AJUDANDO-AS NA ELABORAÇÃO DE SEUS PLANOS DE TRABALHO.

CONTAG EM 1964: Sindicalização e Reforma Agrária

O plano de atividade da CONTAG para 1964 e a Reforma Agrária foram os principais pontos em foco na primeira reunião da Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, realizada em 18 de janeiro.

Para isto, utilizará todos os meios de divulgação possíveis na difusão do sindicalismo.

Reivindicações

As principais reivindicações dos camponeses brasileiros serão sustentadas em 1964 pela CONTAG, entre elas, a regulamentação imediata do Estatuto do Trabalhador Rural, fundamentalmente aqueles itens referentes à Carteira Profissional, à taxa de habitação, ao Conselho Arbitral e ao Imposto Sindical.

Reforma Agrária

A Confederação adotará a Resolução do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, e o plano de ação sob o título de "DECLARAÇÃO SOBRE O CARÁTER DA REFORMA AGRÁRIA".

Apoio à SUPRA

Após a reunião, a Diretoria da CONTAG se orientará no sentido de reforçar e ampliar a unidade do movimento camponês e a deste com o movimento sindical operário, a fim de difundir a solidariedade entre os trabalhadores.

A HISTÓRIA DO ZÉ

O sr. José Fischer, de Porto Alegre (RS), é autor da história de Zé Peleto e Zé Proleta, por ele mesmo mimeografada e distribuída na fábrica onde trabalha. Pedimos que também a divulguemos. Eis-la:

"Quem não conhece a história de Zé Peleto? Zé Peleto trabalha oito horas e meia na fábrica, mas, como o salário que ganha é insignificante, vê-se obrigado a fazer horas extras e, de quando em quando, algum "bico" por fora.

Zé Peleto sabe que alguma coisa anda mal: o trabalho não dá mais lucro, a vida não dá mais conta, os filhos tristes e emigrados como flores sem sol, o portuário do armazém reclamando contra a falta de pagamento.

Mas Zé Peleto aceita tudo: baixa a cabeça e cala... As vezes, ao ver o patrão desfilando no seu cavalião no vão em folha, enquanto ele, Zé, é obrigado a andar em botinas superlotadas; ao ver os filhos do patrão, nédios e repletos em suas fatiadas sob medida, enquanto seus próprios filhos andam descalços e subnutridos, Zé sente uma ponta de revolta. Mas baixa a cabeça e cala...

Zé Peleto tem medo. Medo de reclamar, de perder o emprego. Não sabe que também é forte, que milto aos outros com a força suficiente para erguer e dizer "basta!". Não tem medo de falar com seus companheiros, não procura sindicalizar-se, não procura lutar.

Zé Peleto tem medo. Mas Zé Proleta não. Zé Proleta, no entanto, é bem diferente de Zé Peleto. Zé Proleta luta por um mundo melhor. Não tem medo de ser injustiçado e na miséria em consequência da luta, não sabe que se não lutar, ali sim a miséria virá, como lá se viu. Virá a fome e virá o desespero. Zé Proleta luta, pois sabe que se não lutar será a covardia, será a derrota, será a humilhação de ter deixado para trás seus filhos a beirada de miséria e fome, de ter deixado para trás seus filhos a tarefa de entrar na luta da qual eles, por covardia, fugiu.

Mas Zé Proleta sabe o que quer. Não se deixa enganar por promessas de políticos e demagogos. Zé Proleta lê, estuda, conversa com seus companheiros, participa da luta política, da luta econômica. Zé Proleta é um operário consciente. Zé Proleta sabe que é preciso lutar, e sabe quem deve lutar. Sabe que somente os Zé Peleto poderão mudar o que precisa ser mudado pois somente eles têm interesse nesta mudança.

Mas Zé Proleta não espera que a mudança venha como um favor dos céus. Luta por ela, por ela participa dos comícios, dos debates nos sindicatos, nas associações de bairro, nos movimentos populares.

Zé Peleto não procura muitos contatos com Zé Proleta. Afasta-se dele, diz que Zé Proleta é subversivo, é agitador, é comunista, é louco, sem compreender que a maior loucura é cruzar os braços quando sobre os filhos de todos os Zés, peletos e pelegos, paira a sombra da fome, do desemprego, do analfabetismo, da subalimentação, quando a carestia cai como um anil sobre os lares humildes de todos os Zés.

Se Zé Peleto procurasse falar com Zé Proleta; se procurasse falar com todos os seus companheiros; se procurasse o seu sindicato, os movimentos populares; e tivesse a coragem suficiente para erguer a cabeça e lutar; se procurasse esclarecer-se, e esclarecer aos seus companheiros — então, deixaria de chamar-se Zé Peleto e passaria a chamar-se ZÉ PROLETA também!

CONCILIAR O INCONCILIÁVEL

Leitor assíduo de NOVOS RUMOS, li e apreciei a crítica feita por este jornal ao artigo de U.H. que, procurando justificar o fracasso do Sr. João Goulart com sua política tortuosa, lançava a culpa nas esquerdas e no movimento sindical, distorcendo os fatos, como bem diz o título — declara o sr. Antônio Gambaia Arraes Barbosa (GB), para definir mais adequadamente a política seguida pelo presidente da República como "orientada no sentido de procurar conciliar o inconciliável".

Entre outras manifestações dessa política, o sr. Antônio Gambaia assinala: "O Governo Federal não faz a Reforma Agrária que o Congresso não consente. Mas ele a pode fazer ad referendum do Congresso, como foi feito o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos pelo governo de tração nacional de Dutra! E por que o Sr. Goulart não dá cumprimento ao Decreto Legislativo nº 18 que concede anistia a civis e militares, trabalhadores autárquicos e servidores públicos demitidos sem justa causa? Esse decreto, já há dois anos que foi lavrado (em 18 de dezembro de 1961), e até agora não foi cumprido, embora seu cumprimento possa e deva ser ex-ofício".

"CONCRETISMO CUBANO"

Sob este título geral, o sr. Ulysses Democrato Hora de Silveira (GB) remeteu-nos três poemas de sua autoria de saudade à revolução e aos líderes cubanos. Na impossibilidade de reproduzirmos por inteiro, apresentamos apenas a estrofe final do poema "Cérebro".

Deste, chega, varra, qual presto chega a varra, num estio, chega e varra ERNESTO CHE GUEVARA.

"INJUSTIÇAS DA 'SÃO FRANCISCO'"

O sr. Orlando Estevam da Silva, da capital de S. Paulo, vem denunciando através de NR os desmandos da Empresa de Transportes Coletivos São Francisco, daquela cidade, que anda despedindo seus empregados sem o menor motivo justo. Isto sucedeu também com dois filhos do sr. Orlando. Um deles, cobrador de ônibus, foi certo dia dispensado sem maiores explicações, após três meses de trabalho, por não ter apresentado um documento de pequena importância, exigido pela Empresa. O moço não teve tempo para providenciar o referido documento, devido ao excesso de trabalho e também porque a Empresa não lhe concedera nenhum dia de licença para aquele fim.

Outro filho do sr. Orlando, este casado e com família numerosa para sustentar, dirigia um ônibus muito velho, em péssimas condições, que andava a largar os pedaços pelas ruas. No domingo dia 15 de dezembro, quando viajava lotado na linha "Santo Amaro-Cidade Alenar", o veículo encrucou e parou. Alguns passageiros ofereceram-se para empurrar o carro; mas outro, dirigindo palavras injuriosas ao motorista, sacou de uma pistola e contra ele investiu. O agressor, porém, encontrou firme resistência e foi dominado. O filho do sr. Orlando esperava que a Empresa tomasse providências a seu favor, reconhecendo que um ônibus naquelas condições só poderia trazer, mais cedo ou mais tarde, aborrecimentos a quem o dirigisse. Mas ao contrário, foi forçado a assinar um termo de demissão pelo qual recebia apenas o correspondente a algumas horas de trabalho, embora tivesse direito a indenização por tempo de serviço prestado.

Fatos como estes são frequentes na Empresa de Transportes Coletivos São Francisco, e para eles o sr. Orlando Estevam da Silva pede sérias providências das autoridades competentes.

CORRESPONDÊNCIA

— SWAMI PAULO DE OLIVEIRA (Herculândia — S. Paulo) — Enviamos-lhe uma reportagem e um artigo publicados em NOVOS RUMOS, com alguns boletins informativos da RDA. Quanto a livros, comunicamos-se com a Livraria Civilização Brasileira, rua 7 de Setembro, 97 (GB). Adiantamos-lhe ser muito interessante o que leva o título: "Berlín, ponta de lança do imperialismo", coletânea de documentos e notícias de agências internacionais.

— RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA (Belém) — Tomamos conhecimento através do III Congresso Nacional dos Servidores do DNRE, realizado em Recife, de 26 a 29 de junho de 1963, noticiado em NR nº 233, de 9 a 15 de agosto do mesmo ano.

— JOSÉ ARANHA (Parnaíba — Piauí) — Agradecemos e retribuído os votos de Feliz Ano Novo, respondendo-lhe a informação que nos pede: Sim, o sr. tem esse direito.

— ORATÓRIA — A Diretoria do Instituto Duque de Bragança comunica que estão abertas as matrículas para novas turmas do curso de Oratória Moderna, que funcionará sob a direção do Prof. Durval de Alencar, e convidamos os interessados para assistirem a uma aula nas turmas existentes. Informações pelo telefone 32-8967 ou na rua México 148, grupo 806, Rio.

— "ALERTA" — Acusamos o recebimento do nº 2 do periódico político ideológico "ALERTA", editado por um grupo de estudantes marxistas do GERM. Diretor: Péricles Brasil, secretário: Ciro Constância.

— SEBASTIÃO JOSÉ DE ROCHA (Palmeiras de Goiás) — A "Nota Econômica" de NR nº 247, de 15 a 21 de novembro de 1963, tratou do assunto. Pedir à Gerência de NR: rua Leandro Martins, nº 74, 1º andar (GB).

— DEMISSÕES NA VARGAS — Assinamos pelos presidentes do Sindicato Nacional dos Aeronautas e do Sindicato Nacional dos Aeronáuticos, recebemos o documento de denúncia ao ministro do Trabalho sobre "As demissões em massa na VARGAS".

— AERÓBRAS É A SOLUÇÃO? — Encimado por esta palavra de ordem, saiu o 2º número do Boletim Informativo da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos.

— ABAIXO ASSASSINADO — Antônio Francisco, Euclydes Novais, Irineu Gasparini, Antônio Cardoso de Mouras e mais 181 outros ferroviários da Estrada de Ferro Sorocaba, residente em Assis, entregaram ao presidente da República a solicitação de que seja nomeado para o Ministério da Fazenda o deputado Leovold Brizola, assim como de que se constitua "um Ministério Nacionalista que possa resolver a situação angustiante do povo Brasileiro".

Greve Paralisou Quatro Navios no Cais do Pôrto

RECIFE (Do correspondente) — Depois de cinco dias, terminou vitoriosamente a greve nacional dos marítimos do Lóide e da Costeira, que exigiam o pagamento integral de 13,9 meses para ativos e inativos. A "paredé" começou no dia 4 do corrente e terminou na noite de quarta-feira, dia 8, tendo sido deflagrada pela Federação Nacional dos Marítimos, que, em assembleia geral, deliberou a paralisação de todos os navios das aquelas companhias nacionais, até que fossem atendidas as reivindicações daqueles marítimos.

No Recife, a comunicação do término da greve chegou à sede das delegacias marítimas na noite de quarta-feira, através do seguinte telegrama, enviado pela Federação: "Firmado o protocolo, no Lóide, na Costeira, Baía do Prata e SNAPP (esta no Pará) e portos de via navegável (controlados pelo Estado), com o pagamento do 13,9 meses dos servidores ativos e inativos, e o desconto de 8% para os pensionistas (IAPM). Suspensão do movimento."

A «Paredé»

No cais do pôrto da capital pernambucana a "paredé" eclodiu na manhã do dia 4, após uma grande e movimentada assembleia da classe. A senha foi recebida pelas delegacias dos sindicatos nacionais dos marítimos, foguistas e balneiros precisamente às 8:40 horas. As delegacias imediatamente ordenaram a paralisação dos navios que se encontrassem no ancoradouro ou que não atracassem. Assim sendo, paralisaram de imediato os seus serviços os carqueiros "Itapuá", "Itaipé" e "Rio Bonança". No dia seguinte, chegou o navio "Rio Piancó", perfazendo, assim, o número de quatro os barcos que permaneceram em greve no cais do pôrto.

A Crise na Petrobrás

Marco Antônio Coelho

Na semana que passou verificou-se no País uma aguda luta política que ocupou as manchetes dos jornais e a atenção do grande público. A crise na Petrobrás foi um episódio de importância no combate geral que as forças nacionalistas e democráticas travam contra as correntes reacionárias e entreguistas. Pelo que se jogava na crise não se tratava de uma questão interna da grande empresa e os resultados do choque interessavam vivamente às correntes políticas.

Embora ganhassem publicidade os chamados escândalos, a luta girou essencialmente em torno de uma questão: a influência do movimento sindical e das correntes nacionalistas dentro da Petrobrás. O ódio ao movimento sindical é explicado pelo fato dos reacionários já terem sentido que os trabalhadores da Petrobrás constituem a primeira linha de defesa do monopólio estatal do petróleo. Não por acaso, nos últimos tempos vinha a imprensa reacionária martelando com as costumeiras acusações sobre a "infiltração comunista" na empresa. Digna de nota foi a incrível declaração do Presidente da U. D. N., dep. Blázar Pinto, de que a influência dos sindicatos na Petrobrás era um dos elementos de prova da atividade subversiva do presidente João Goulart.

De longa data estava articulando o coro contra os sindicatos e os diretores da Petrobrás, a eles ligados — Jairo Farias e Hugo Régis. Deste coro faziam parte os agentes dos trustes de petróleo, os homens de Capuava, os reacionários de toda laia e os negociatas que desejam saquear a empresa estatal. O último

trunfo utilizado pelos reacionários foi a convocação do general Pery Bevilacqua para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de repetir os editoriais do "O Globo", já que de petróleo nada entende, não sabendo sequer distinguir gasolina de querosene.

O deflagrar da crise foi devido à assinatura do decreto presidencial estabelecendo o monopólio da importação de óleo cru e de derivados do petróleo e às medidas iniciais adotadas pela Petrobrás para impedir esse monopólio. Por tudo isso, buscava a reação um pretexto para desencadear o golpe branco dentro da gigantesca empresa. Tal motivo foi encontrado quando o general Albino Silva desaperou-se com a oposição do diretor Jairo de Farias e vários técnicos, como Stefan Prochik, Sa Carvalho e Davies de Freitas, a que fosse aprovada a absurda proposta da Esso. A resistência à negociação foi a razão que levou o ex-presidente da Petrobrás a abrir a crise, ao exigir de Jairo e de mais 15 superintendentes e chefes da empresa.

Informados da articulação do golpe, os sindicatos dos trabalhadores, em estreita ligação com os técnicos, decidiram denunciar à opinião pública o caso da proposta de Esso, demonstrando com fatos o que o ex-chefe de Polícia no Paraná, no tempo de Lupion, tramava junto com os inimigos da Petrobrás. Utilizando o general Albino Silva a reação procurou fazer crer que os diretores da Petrobrás, vinculados aos sindicatos, eram também responsáveis por irregularidades na condução dos negócios da empresa.

Enfim, usam da lâtica do ladrão denunciado que salta gritando: "pega o ladrão!" Acusações ridículas e primárias foram articuladas, sem a menor procedência.

O objetivo maior da reação — quebrar a influência dos sindicatos — não foi, felizmente, alcançado. Ao contrário, embora tenham sido substituídos Jairo e Hugo, manteve-se o princípio da escolha dos diretores da Petrobrás na base do entendimento entre o governo e as organizações sindicais da empresa. Conseguiu-se também bolar para fora o oportunista Albino Silva, com a nomeação para a presidência da empresa de um dos homens mais prestigiados entre os nacionalistas, o marechal Osório Ferreira Alves.

A vitória nacionalista não foi fácil. Para se alcançar foi indispensável a mobilização geral dos sindicatos dos petroleiros, que se aprestaram inclusive para a decretação de greve. Os sindicatos exerceram papel decisivo em virtude de atuarem nacionalmente unidos e porque vêm se fortalecendo dentro da empresa. Tal ascenso decorre do fato de lutarem firmemente pelos interesses econômicos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, vivem os problemas da empresa e o curso da luta política em nossa Pátria.

Fator importante para a vitória foi a aliança estabelecida entre os sindicatos e os técnicos. Ao contrário do que antes ocorria, como nas crises surgidas nas administrações Geonísio Barroso e Mangabira, não houve, neste episódio, divergências importantes entre os dirigentes sindicais e as associações de engenheiros da Petrobrás. Contribuição valiosa foi dada, igualmente, pelos deputados e militares nacionalistas,

assim como por Brizola e Miguel Arraes, que defenderam a posição dos sindicatos dos trabalhadores da empresa. Contaram estes com a total solidariedade da classe operária e dos estudantes, expressada pelo C.O.T. e pela U.N.E. Era, pois, uma ampla frente voltada para exigir do Governo uma solução correta para a questão.

A crise na Petrobrás serve como uma advertência para o nosso povo. Atavés dela pôde-se perceber o destino da reação e sua vontade de liquidar certas conquistas alcançadas pela classe operária e seus aliados. Mas, a solução da crise indica que temos força para derrotar essas manobras e levar o movimento muito mais longe. Estes fatos vieram alertar as correntes progressistas para a necessidade de acompanharem atentamente o que ocorre dentro das empresas estatais, a fim de que possam, a cada instante, contribuir para a ampliação dessas unidades. É indispensável e inadiável que o movimento patriótico de maior atenção à Petrobrás, à Rede Ferroviária, à Siderúrgica, à Alcaçis, ao Lóide, à Esso, aos bancos estatais, etc. Devemos compreender que, na atual etapa, tais empresas podem constituir importantes pontos de apoio na luta contra o imperialismo, contra o latifúndio e a reação. Não é possível ficarmos omissos ou indiferentes ao que ocorre nestas empresas, que são peças básicas na economia brasileira e na luta pela sua transformação.

Finalmente, a crise na Petrobrás indica aos trabalhadores das empresas estatais que devem ocupar dentro de cada uma dessas unidades a mesma posição

que os trabalhadores de petróleo desempenham na Petrobrás. Via de regra, não são bem dirigidas as empresas estatais e nelas são frequentes roubos, malversações e empurramentos. Estes fatos, aliados à campanha tremenda que sofrem por parte dos grupos econômicos, e aos erros decorrentes de concepções econômicas falsas, são as causas do pequeno êxito, ou mesmo êxito, de várias das empresas estatais.

O exemplo positivo da Petrobrás, onde se viu o sucesso dos administradores apontados pelos sindicatos (que impediram a grossa negociação com a Esso), deve ser seguida nas demais empresas estatais. Por que os diretores dessas empresas devem ser obrigatoriamente escolhidos no Jockey Club, no Sach's ou na Câmara do Comércio Norte-Americana? Os trabalhadores, que conhecem como ninguém a situação interna das empresas, podem indicar bons técnicos, capazes de dirigir essas organizações. Evidentemente, tal coisa somente será alcançada se os sindicatos forem fortes e se dominarem amplamente os problemas dessas empresas.

A luta travada no tempo da Petrobrás, pelo vencimento dos sindicatos e pelas correntes progressistas, naturalmente, a reação volta à carga, pois não se contentará com a derrota. É indispensável, portanto, a maior vigilância por parte dos novos problemas surgidos. De outro lado, não podemos nos contentar com o que foi obtido. Diante da Petrobrás existem sérios inimigos e complexos problemas. A derrota daqueles e a solução destes exigem a permanente mobilização de todas as forças que atuam decisivamente nestes dias de crise.

CANTO DE PAGINA — enredo

PECADOS CAPITAIS

Palavras e coisas resuscitam inesperadamente na vida da gente. Passam-se anos sem ouvir falar nesta ou naquela e, de repente, lá voltam elas a um primeiro plano. Está acontecendo isso agora com os pecados capitais. A Civilização Brasileira vai lançar um livro de contos no qual cada escritor ou melhor sete escritores falarão dos sete pecados: a revista "Cláudia" encomendou-me um artigo (outros sete dirão coisas sobre os sete) e deu-me como tema a "Gula". Ora imaginem vocês, a gula. Antes de falar dela, contarei que fiz experiências com várias pessoas, perguntando-lhes quais eram os pecados capitais. Ninguém sabia direito, nem de cor nem saltado. Uns criavam um pecado que, pensando bem, foram esquecidos e não arrolados nos capitais, outros — fingindo profundo respeito religioso — declaravam que aquela não era a hora de se falar em assunto tão grave. (O, os filisteus!)

Para começo de conversa, acho que a Igreja devia fazer uma revisão nos mencionados pecados. Orgulho será pecado? Orgulho de ter uma opinião e defendê-la, orgulho de viver a vida de cabeça erguida, é pecado? Acho que não. Orgulho é uma arma, um escudo com o qual o homem

avança. Quem não tem orgulho de alguma coisa realizada não é gente nem bicho, é farrapo, espanhido. Quanto à gula, coitada, é um pecado tão fora de nossas possibilidades econômicas. Quem hoje pode cultivar a gula? Os pobres jamais, os ricos não querem nada com a gordura e quem diz gula diz gordura. O problema central da gula ou do guloso é econômico: não havendo dinheiro (vocês se lembram de um tempo em que se ouvia dizer: "quando eu tiver um dinheiro valdo...") havia dinheiros vados, sem destino, ó puros tempos) pode haver gula? Avaréza é pecado capital mas quem é avaro? o rico, só ele, logo o reino da avaréza não é coisa para nós, os de salário pequeno e orçamentos altos.

A ira quando chamada raiva — creio — não é mais pecado e muito menos capital. Raiva tem que car na gente diante de tanta calamidade, de tanta injustiça social, de tanta infâmia e de tantas provocações. Restam então dois pecados tremendos: luxúria, do qual não falarei, pois este é um jornal sério e a preguiça quem não a tem? Mas não estou aqui fazendo tratados sobre pecados. Acho apenas que eles deviam ser revistos. Os pecados de ontem não são mais o de hoje.

Taba Tupi Volta ao Cartaz: Foi Caso de Estelionato

A "maior obra arquitetônica da América do Sul", a Taba Tupi, idealizada pelo velho escultor Assis Chateaubriand foi considerada pelo Tribunal de Justiça da Guanabara como sendo um caso de puro e simples estelionato, resolvendo que venha a ser indenizado o sr. Amadeu Marques.

Que Foi a Taba

Lançada dentro de uma grande campanha publicitária, a Taba Tupi foi uma

das maiores especulações imobiliárias já realizadas na Guanabara. Passaram-se os anos, e nem a demolição dos prédios foi completada em mais de dez anos. Enquanto isso o povo continuava a contribuir mensalmente para os cofres do sr. Chateaubriand que emprestava o dinheiro como bem entendia, menos na Taba.

Uma vez constatada pelos contribuintes a rapuica em que cairam, sucederam-se as ações judiciais exigindo indenizações por perdas e danos. Enquanto isso os advogados dos "Diários Associados" agiam nos corredores dos tribunais "impedindo" que a Taba viesse a ser considerada como um caso de estelionato.

Mas a especulação foi desmascarada pelo desembargador Olavo Tostes que deu ganho de causa ao sr. Amadeu Marques, impedindo de uma ação as perdas e danos. Durante a mesma sessão o Tribunal de Justiça da Guanabara, o desembargador Osny Duarte Pereira determinou que fossem desanuladas as cópias do processo, providenciando-se que sejam enviadas à Procuradoria do Estado para que esta se incumba de apurar se a Taba Tupi foi um caso de estelionato contra todos os seus financiadores, hipótese que se confirmada pela Procuradoria, devolverá muito dinheiro perdido, deixando, em má situação "defensores" da iniciativa privada como o sr. João Calmon.

Arquitetos Reagem à Importação de Estrangeiros Para Guanabara

Aristides de Oliveira

O departamento da Guanabara do Instituto dos Arquitetos do Brasil divulgou, quinta-feira, uma nota oficial informando que a comissão formada para estudar o contrato firmado entre o governo estadual e a "Doxiadis Internacional" concluiu por considerar o contrato "em seu todo como um instrumento prejudicial à comunidade carioca, sob todos os pontos de vista".

A nota, aprovada pela assembleia geral dos associados do Instituto, diz que a comissão resolveu proceder a uma análise do contrato sob os aspectos seguintes: a) características dos serviços a serem prestados por Doxiadis (serviços de consulta, assessoria e planejamento); b) objetivos do contrato; c) inconveniência do contrato diante da sua desvinculação ao planejamento regional; d) repercussão maléfica do contrato no interior do Brasil; e) inviabilidade e leviação dos prazos; f) ilegalidade da realização de projetos perante a legislação da profissão dos arquitetos; g) desprestígio de técnicos brasileiros; h) levantamento do currículo da Doxiadis, sua filosofia de planejamento, suas obras.

Para melhor atuar, o IAB vai — por sugestão

também da comissão, aceitar a assembleia geral — entrar em contato com órgãos e profissionais habilitados a fornecer as necessárias apreciações sobre os aspectos legais, orçamentários e relativos à segurança nacional, e também financeiros, relativos à aplicação dos recursos públicos. Sugeriu mais a comissão: o relatório, que será apresentado hoje à assembleia geral, deverá finalizar-se com a apresentação de soluções que devam ser adotadas pelo Estado da Guanabara, com o fim de implantar-se um "planejamento físico, coerente com as necessidades da população".

Considera o Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção carioca — que já recebeu a solidariedade das seções de Goiás, Bahia e Rio Grande do Sul e espera que as outras seções estaduais breve se manifestem, ao lado do apelo já expresso pelos melhores representantes da arquitetura brasileira, como Oscar Niemeyer — que o contrato entre o governo da Guanabara e a firma Doxiadis é "lesivo à comunidade carioca" sob os todos os aspectos por que se possa analisá-lo.

Doxiadis

A firma Doxiadis não tem nenhum prestígio internacional. Oscar Niemeyer declarou, na mensagem que enviou ao IAB, de solidariedade à sua luta

contra a iniciativa de Lacerda, que não conhece Doxiadis, não sabe do seu prestígio, alegado pelo governo.

Especializada em subempreitadas, Doxiadis tem atuado a partir da reconstrução das cidades destruídas após o fim da Segunda Guerra Mundial, anunciada por uma "filosofia urbanística", que batiza de "estética". Que é estética? Um nome feio para uma teoria velha — a malthusiana, baseada na ideia de que a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção cresce em progressão aritmética, daí nível que gerará, na opinião de Malthus, a fome, em futuro próximo. Malthus escreveu em fins do século XVIII — e o futuro que ele previa já deve ter-se apresentado. Subordinados a essa ideia, os malthusianos e neo-malthusianos orientam seu trabalho em função da conservação da estrutura; não conseguem enxergar além do horizonte da assistência social. No planejamento das cidades, dão soluções falsas, que constituem um engodo — mais engodo do que palição dos problemas.

Doxiadis trabalhou para os executores do "Plano Marshall" quando da reconstrução das cidades destruídas pela guerra. E um homem intimamente ligado ao imperialismo, ao qual serve há muitos anos. A firma que ele fundou teve trabalho suficiente no início de suas operações, no fim da guerra; depois, quando cessou a demanda, porque as cidades que necessitavam reconstruir-se

acabaram reconstruindo-se. Doxiadis estendeu sua ação aos países subdesenvolvidos da África e da Ásia, onde exerceu um trabalho de subempreitamento, através dos quais espoliou, espolia até hoje, os arquitetos e urbanistas nacionais, que ele contratava e colocava ao seu serviço.

Contrato Lesivo

O Instituto dos Arquitetos considera atentatória à segurança nacional brasileira a entrega do Estado da Guanabara a uma equipe de técnicos estrangeiros, que vai, por força da natureza de seu trabalho, realizar um levantamento minucioso e completo da realidade geográfica e socioeconômica da região, assim se assenhoreando de um conjunto de dados de informação que não se admitiriam em mãos de estrangeiros, ainda mais vinculados, como os da firma Doxiadis, à ação norte-americana no mundo.

O trabalho da Doxiadis será caracteristicamente um trabalho de infiltração de métodos e processos que não se pode aceitar com "inocência". O plano de Doxiadis terá um alcance, no tempo — o ano 2000 — que impõe a dedução, de que é um plano baseado no pressuposto de que, com um futuro amparo nacional, pois seria absurdo planejar o desenvolvimento de um Estado sem contar com a certeza de que o planejamento poderá ser entrelaçado com um plano de aplicabilidade em escala nacional. Onde se conclui que a ação de

Doxiadis servirá decerto às pretensões políticas do governador da Guanabara, como instrumento eleitoral.

Ameaça

Doxiadis — como fato é como ameaça — é uma ameaça aos arquitetos brasileiros. A importação de urbanistas e arquitetos estrangeiros para fazer um trabalho a que os profissionais brasileiros se recomendam por um conceito instalado no mundo inteiro e que aliás se formou e cresceu sobretudo no estrangeiro, constituirá um fator de marginalização e subaproveitamento da mão-de-obra brasileira. Os arquitetos brasileiros já são, há muito tempo, mal aproveitados; ganham mal e trabalham bem menos do que necessitam — e aquém das necessidades do país. Embora o Brasil forme um número quase irrisório de arquitetos por ano, mesmo esse pequeno número vive inaproveitado, sem poder dar de si tudo o que pode, tudo o que deve e tudo o que o Brasil precisa. Há uma margem de capacidade de produção ociosa dos arquitetos brasileiros que só pode estimular à solução dessa anomalia — e não à cristalização dela, e pior: ao exacerbamento dela.

O que vai acontecer na Guanabara com a vinda de Doxiadis — a ser sustentada com dinheiro do povo — será, pois, a relegação do profissional brasileiro, tão capaz quanto os melhores do mundo, a uma condição de subalternidade, inadmissível neste momento de maturidade já

DUAS GRANDES OBRAS DE JOHN REED

10 DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

O mais impressionante e fiel relato da Revolução Soviética preço: Cr\$ 1.000,00

MÉXICO REBELDE

Faz-nos reviver, num estilo vibrante, fatos da Revolução Mexicana e homens como Pancho Villa e Francisco Madero preço: Cr\$ 490,00

Adquira essas obras pelo Reembolso Postal na LIVRARIA DAS BANDEIRAS Rua Riachuelo, 342, lona 2 SAO PAULO (Capital)

A VERDADE AO ALCANCE DE TODOS

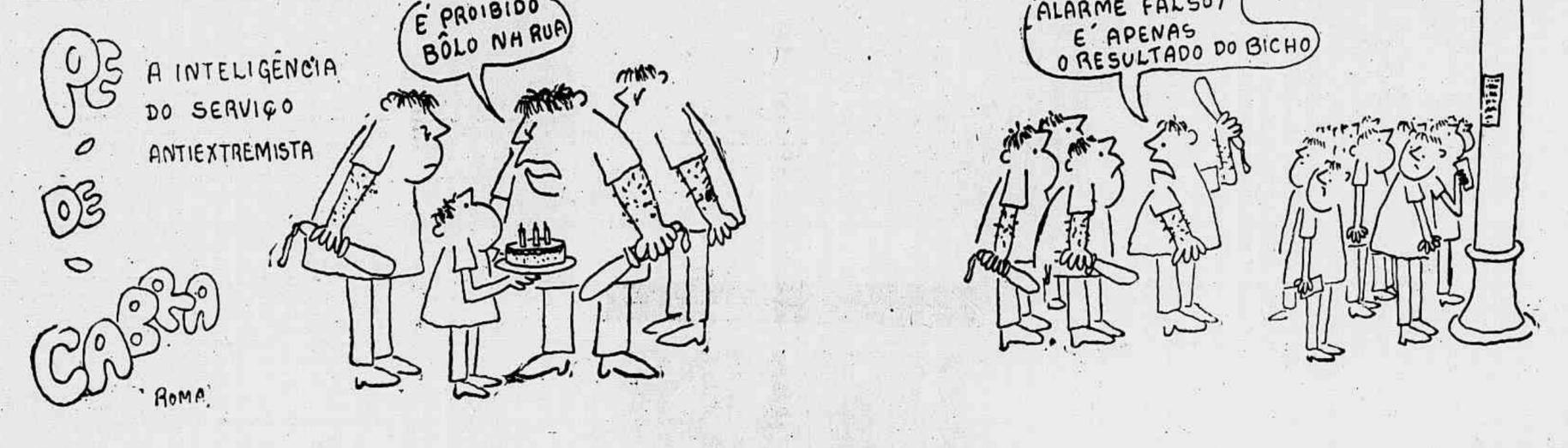
COLEÇÃO "REPORTAGEM"

Do Centro Popular de Cultura da U.N.E.

- 1 — Como o Brasil Ajuda os E.U.A. — De Arnaldo Ramos
- 2 — A Terceira Guerra — De Lúcio Machado
- 3 — Em Agosto, Getúlio Ficou Só — De Almir Matos
- 4 — Inflação, Arma dos Ricos — De Fausto Cupertino

Preço por exemplar: Cr\$ 400,00

Pedidos pelo reembolso postal à EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA. Rua Leandro Martins, 74 — 1.º andar Rio de Janeiro — Gb



Em reunião realizada na tarde de terça-feira, os diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, os líderes do Comando Geral dos Trabalhadores e os da Comissão permanente das Organizações Sindicais decidiram mobilizar o operariado brasileiro em todos os pontos — ruas e locais de trabalho — do país a fim de conseguir a imediata assinatura, pelo Presidente da República, do decreto de elevação do salário-mínimo de 21 para 42 mil cruzeiros, com vigência a partir de 1.º de janeiro.

As organizações sindicais que comandam o movimento operário brasileiro decidiram sugerir a todos os sindicatos do país a realização de assembleias nas quais devem fixar essa posição de exigência de aumento de 100 por cento e já; ao mesmo tempo, ressaltaram a necessidade de se organizar manifestações de rua e encontros nas portas das fábricas e demais locais de trabalho, como forma de mobilização.

Após a reunião, os dirigentes da CNTI e do CGT solicitaram e obtiveram uma audiência com o presidente João Goulart, a quem informaram das decisões tomadas, entre as quais a principal: a de não transigir na exigência de aumento de 100 por cento e a partir de 1.º de janeiro.

Amanhã, sexta-feira, às 17 horas, as entidades sindicais da Guanabara realizarão uma concentração diante do Ministério do Trabalho, à qual deverão comparecer milhares de trabalhadores.

Salário-Mínimo

Salário-mínimo é, como diz o nome, o menor vencimento capaz de manter o trabalhador vivo — para continuar a trabalhar. Necessita, pois, de acompanhar a elevação do custo de vida, para recompor — em aparência — o equilíbrio entre os preços das mercadorias, dos bens, e o poder aquisitivo desgastado pela inflação.

Nos últimos 23 anos, o salário-mínimo, instituído em 1940, já foi aumentado dez vezes. De 240 cruzeiros em 1940, passou a 21 mil no ano passado. Nesse período, o desgaste dos salários gerado pela inflação tem-se acentuado em progressão cada vez maior: o poder de compra dos salários reais é decrescentemente menor.

Para compreender o que significa em verdade um salário, deve-se classificá-lo em dois tipos: salário nominal e salário real. Nominal é o salário pago ao trabalhador; o salário nominal no Estado da Guanabara — é um exemplo — é de 21 mil cruzeiros atualmente. Salário real é o valor real do salário nominal. Existe uma diferença nítida entre salário nominal e salário real. Demonstra-se essa diferença por um exemplo simples: se o custo de vida na Guanabara aumentou em 95,8 por cento em 1963, isso significa que em dezembro se compra por Cr\$ 195,80 o que em janeiro, doze meses antes, se comprava por Cr\$ 100. Quer dizer: a mercadoria — uma mercadoria qualquer — teve dois preços no decurso de um ano, tempo em que o salário não se modificou, permaneceu inalterado. O resultado é que o salário, em janeiro, era nominal e real — mas em dezembro apenas nominal, porque perdura a realidade, que é o valor, o poder de compra, de adquirir, de converter-se em bens.

O reajustamento dos salários na proporção do aumento dos preços — do custo de vida — é por conseguinte uma tentativa de devolver ao salário desgastado a sua realidade, o seu valor real.

De tudo isso deduz-se diretamente que a desvalorização contínua dos salários obriga o trabalhador assalariado a trabalhar cada vez mais, para poder comprar a mesma quantidade de bens sempre. Assim, apesar de ter seu salário aumentado, de vez em quando o trabalhador vê-se constrangido a trabalhar mais, porque a não correspondência entre a realidade do salário e a realidade declarada, ou seja, nominal, é crescente, progride com o progresso da inflação. Daí — é desnecessário dizer — que o trabalhador, não lhe sendo possível trabalhar mais horas, é obrigado a... comer menos.

Nos últimos anos, o surgimento da necessidade de recompor a realidade dos salários tem ocorrido em períodos cada vez mais restritos. Antes, era necessário aumentar o salário de dois em dois anos; hoje, de três em três meses. Esse fato novo, ou melhor, a evidência desse fato é que impôs, ainda no ano passado, a idéia de instituir-se a escala móvel de salários, com a qual se tentará tornar minimamente permanente o valor real dos salários.

Rezoneamento

Há muitos anos que os trabalhadores, por suas entidades, lutam pela revisão do zoneamento dos níveis de salário-mínimo. Os sindicatos, as federações e as mais associações de classe há muito tempo que se colocaram em oposição frontal à existência de 56 regiões, cada uma com um salário-mínimo próprio. Esse zoneamento do salário é responsável por absurdos gritantes. Em um mesmo Estado, como São Paulo, Minas Gerais e outros, dois, três ou mais níveis disparados de salário-mínimo coexistem, um ao lado do outro, configurando, com isso, o contra-senso de um trabalhar ganhar, num município, menos do que no município vizinho. Fácil imaginar as consequências práticas e cotidianas de absurdo tão grande.

Um exemplo, Itaguaí e Nova Iguaçu, municípios que limitam com o Estado da Guanabara, do qual compõem a mesma órbita econômica, estão situados em zonas de salários diferentes. Em Nova Iguaçu o salário-mínimo é um; em Itaguaí é outro — menor do que em Nova Iguaçu. O resultado — imediato — é que a mão-de-obra de Itaguaí prefere procurar trabalho na Guanabara, onde o salário-mínimo é bem mais alto, assim provocando carência de trabalhadores em Itaguaí, que fica tolhida na sua ambição e nas suas possibilidades de industrializar-se ao ritmo de, por exemplo, sua vizinha Nova Iguaçu.

Primeiro Passo

Durante as últimas discussões sobre o zoneamento, o SEPT — órgão incumbido dele, e que integra o Ministério do Trabalho — manifestou a disposição de diminuir o número de zonas, racionalizando a fixação dos salários-mínimos regionais. Por pressão dos trabalhadores — o SEPT reduziu o número atual, de 56, para 36 zonas; por nova pressão, representada por um estudo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, mais quatro zonas foram suprimidas, e ficou o total de 32.

Salário

Mínimo

de 100%



NOVOS FUMOS

Vinte e quatro zonas foram extintas, portanto, a partir do novo salário-mínimo que vai vigorar em São Paulo continuará subdividido em 32 regiões — o que já constitui um progresso: eram cinco as regiões. O novo zoneamento estabeleceu uma — e no máximo duas — sub-região para os Estados, exceto São Paulo; exceção combatida pelo operariado paulista.

Está evidente que a redução do número de regiões — passo primeiro no sentido da universalização do salário-mínimo, isto é, a uniformização do salário-mínimo a todo o país — produzirá benefícios imediatos às áreas estaduais, até agora prejudicadas pelo absurdo que é a diversidade de salários. Em primeiro lugar, ocorrerá uma fixação do trabalhador em sua própria região, eliminada que terá sido a tentação e a necessidade de buscar, em outra área, o salário mais alto que a sua não lhe propicia. O processo de industrialização receberá um maior crescimento — abolido o êxodo da mão-de-obra, em geral acompanhado ou seguido de capitais de investimento.

Cem Por Cento

Outra questão que constituiu tema de discussão e debate a propósito da elevação do salário-mínimo foi a do início da sua vigência: os trabalhadores não abrem mão de que seja a partir de primeiro de janeiro — e de que o aumento seja de 100 por cento.

Quanto ao índice do aumento, a controvérsia é da responsabilidade do Serviço de Estatística da Previdência Social (SEPT), que embora haja recebido ordem ainda em princípio do ano passado para proceder ao levantamento dos índices parciais de elevação do custo de vida até o mês de julho último — não cumpriu a tarefa até hoje; conforme declaração do diretor, o SEPT precisará de 25 dias em fevereiro para calcular o aumento do custo de vida em janeiro.

A morosidade do SEPT que provocaria o adiamento da assinatura do decreto de novo salário-mínimo pelo menos para março, é naturalmente repudiada pelos trabalhadores, que querem o aumento de 100 por cento já, e a partir de janeiro passado. O movimento sindical está, em função dessa posição de exigência de não retardamento do decreto, articulando uma ação de dimensão nacional, e sabe que o SEPT já tem o levantamento dos índices do aumento do custo de vida em 13 meses, que incluem o de janeiro passado, o que bastaria perfeitamente, é claro, para calcular o quantum de aumento dos salários e reouber o atual custo de vida.

O início da vigência do novo salário-mínimo deve ser — julgam os trabalhadores — a partir de 1.º de janeiro, data em que expirou a vigência do último (mas ainda em vigor) salário, que agora se quer aumentar.

Salário-Família e Aposentadoria

A última reunião dos dirigentes da CNTI, do Comando Geral de Trabalhadores e da Comissão Permanente das Organizações Sindicais, terça-feira, tratou também da questão do salário-família, que por lei corresponde a cinco por cento do salário-mínimo.

Outra questão abordada: a da aposentadoria especial que várias categorias profissionais não têm ainda e estão exigindo. Embora incluída na Consolidação das Leis do Trabalho, a vantagem da aposentadoria especial ainda espera a sua regulamentação. Uma comissão estudou três anos essa regulamentação pretendida — e parece que agora vai formular um projeto, pelo qual, se aceito, diversas categorias profissionais terão um limite menor para o tempo de trabalho requerido como condição de obtenção de aposentadoria. Serão alcançados pelo benefício os trabalhadores que exercem atividade em locais insalubres ou com risco de vida.

União

O salário-mínimo, com tudo o que implica, e a regulamentação das aposentadorias especiais são as duas grandes questões que as lideranças sindicais vão colocar no meio da rua e às portas dos estabelecimentos de trabalho, meio de mobilizar o operariado brasileiro em defesa de seus direitos, cujo atendimento vem sendo adiado há mais de um mês por motivos inadmissíveis, como o alegado pelo SEPT, de que precisa de pelo menos mais um mês para completar seus estudos do problema. A mobilização será geral — e insistirá em mostrar a injustiça do fato de que milhões de trabalhadores da cidade e do campo, aqueles que são remunerados pelo salário-mínimo, não tiveram ainda o aumento que já foi dado a numerosas categorias profissionais, como as que realizaram, juntas, em São Paulo, em fins de outubro, a grande greve «dos 700 mil», ou as diversas categorias que conseguiram, nos últimos três meses, na Guanabara, por meio de greves, o aumento de salários pretendido e reivindicado.

É preciso atentar — e a campanha do movimento sindical vai chamar a atenção para isso — que o novo salário-mínimo já vai nascer morto: esvaziado de todo poder de aquisição. Mesmo dobrado, para 42 mil cruzeiros, vai significar muito pouco, porque os preços, antes da e com a notícia das demarques pelo aumento, já subiram assustadoramente.

Ofício

Consciente de que a luta pelo aumento do salário-mínimo não pode ser desprezada como ocasião de alerta sobre as causas da desvalorização dos salários e de indicação da solução desse problema, que é a inflação, o Comando Geral dos Trabalhadores entregou ao presidente da República um ofício solicitando-lhe providências concretas — que estão ao seu alcance — no sentido de resguardar a economia brasileira, subtraindo-a ao domínio dos grupos econômicos estrangeiros e promovendo a sua emancipação completa.

No ofício, o CGT lembrou ao presidente da República que quem mais sofre com a inflação e a carestia são os trabalhadores; os beneficiários, os que se locupletam com a inflação e a carestia são os monopólios estrangeiros e seus aliados nacionais, exatamente os responsáveis pela situação brasileira. Propondo medidas efetivas, o Comando dos Trabalhadores chamou a atenção do presidente para a próxima Conferência Internacional do Comércio, em Genebra, exigindo-lhe que instrua a delegação brasileira no sentido de defender a necessidade e o direito do comércio com todos os países do mundo, e a valorização das matérias-primas, que são, atualmente, as principais mercadorias de exportação dos países subdesenvolvidos.



Mensagem de Kruschiov Aos Chefes de Estado do Mundo

SUPLEMENTO ESPECIAL — 7 a 13/2/64

NOVOS RUMOS

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Mensagem de Kruschiov Aos Chefes de Estado do Mundo

O presidente do Conselho de Ministros da URSS, Nikita Kruschiov, enviou em 31 de dezembro a seguinte mensagem aos chefes de Estado (governo) do mundo:

Dirijo-vos a presente mensagem para chamar a atenção de V. Excia. a um dos problemas que, na minha opinião, encerra uma particular importância para a consolidação da paz: o problema dos conflitos territoriais entre os Estados e as formas de solucioná-los.

Inicialmente, desejava esclarecer por que o Governo soviético formula esta questão precisamente neste momento; qual é a razão em virtude da qual consideramos este problema de singular atualidade e particular importância.

Confiar em que V. Excia. está de acordo em que na atualidade a própria vida formulou, irrevogavelmente, a todos, independente de sua nacionalidade ou raça, de suas convicções políticas ou religiosas, o problema da manutenção e consolidação da paz.

Ultimamente, graças aos esforços conjuntos de numerosos Estados, verificaram-se determinados progressos no sentido do alívio da tensão internacional. A conclusão do tratado de proibição das provas com a arma nuclear na atmosfera, no espaço cósmico e sob as águas, calorosamente aprovada pelos povos, é, de acordo com o sentimento geral, um importante passo para a solução pacífica dos problemas internacionais mais urgentes. Também foi acolhido favoravelmente por todos os que aspiram ao fortalecimento da paz o compromisso entre a URSS e os EUA, confirmado por resolução unânime da Assembleia-Geral da ONU, de não colocar em órbita artefatos portadores de armas nucleares e outros tipos de armas de extermínio maciço. Estes passos representam um bom começo, e hoje é indispensável continuar a obra iniciada.

Verificou-se nos últimos meses, como é notório, uma troca de opiniões em torno da possibilidade de adotar novas medidas tendentes a suavizar a tensão internacional, a consolidar a paz. A obtenção de acordos sobre estas medidas influiria benéficamente, como é natural, na situação internacional. O Governo soviético parte do critério de que devem prosseguir as buscas de soluções para os problemas internacionais em causa.

Se avaliarmos devidamente o que se convencionou chamar de realidades do século nuclear, teremos de reconhecer que o dever comum dos estadistas, que têm alta responsabilidade pela sorte da paz, pelo futuro dos povos, consiste em dar passos mais radicais ainda para eliminar o perigo de uma nova guerra.

Levado por seu desejo de colaborar para a solução desta grandiosa tarefa, o Governo soviético propôs o desarmamento geral e completo. Hoje, todos reconhecem que a efetivação dessa proposta asseguraria uma paz verdadeiramente firme e inquebrantável. Entretanto, é triste o fato de que quando se chega ao terreno das negociações concretas em torno do desarmamento geral e completo, da redução do correspondente tratado internacional, conversações que já duram anos, nem todos os Estados mostram-se efetivamente dispostos a seguir nesta direção.

Pelo visto, há razões para isso! Mas, não tenho a intenção agora de analisar essas razões, nem muito menos de polemizar em torno desta questão. Quero unicamente assinalar

o fato de que as negociações a respeito do desarmamento geral e completo não deram resultados perceptíveis até o momento.

A luta para plasmar na prática a idéia do desarmamento geral e completo, idéia na qual se cristalizam os sentimentos mais recônditos dos povos, prossegue, e prosseguirá enquanto não se chegar a um acordo.

Por seu lado, a União Soviética, da mesma forma que antes, faz e fará tudo o que for necessário para contribuir para o êxito nesta questão. O Governo soviético, como é do conhecimento geral, deu novos passos nesta direção na XVIII Assembleia-Geral da ONU, encerrada recentemente.

Examinando a situação atual, o Governo soviético chegou à conclusão de que será útil, além de prosseguir trabalhando ininterruptamente pela solução do desarmamento geral e completo, multiplicar simultaneamente nossos esforços para eliminar os graves atritos existentes nas relações entre os Estados e os focos de tensão.

Creio que V. Excia. estará de acordo comigo em que se confrontarmos os problemas, chegaremos a conclusão de que são indubitavelmente os conflitos territoriais, os problemas das fronteiras entre os Estados, os que originam mais do que outros perigosas fricções entre os Estados nas diferentes partes do mundo. As reclamações mútuas ou unilaterais de territórios de outros. Estas são as circunstâncias que nos induzem a enfrentar este problema. É da própria vida. Na minha opinião, é irremediável que pensemos neste problema.

A questão das fronteiras, ou mais exatamente, das reclamações e conflitos territoriais, não é, naturalmente, nova. Existe ao longo de toda a história, e a ela se vincularam graves conflitos entre Estados, a desconfiança mútua e a inimizade entre os povos. A ocupação de territórios alheios era o satélite invariável das guerras de conquista, levadas a cabo por numerosos governos da antiguidade, da idade média e da época moderna. E as inúmeras guerras coloniais. Sua principal finalidade também era, invariavelmente, a de usurpar territórios alheios, submeter outros povos. Isto, hoje ninguém pode negar, por mais que os colonizadores, no seu tempo, procurassem encobrir suas obras vis com argumentos em torno de sua "missão civilizadora".

Também em nosso século as reclamações territoriais entre os Estados deram lugar a muitos conflitos armados. Nas duas guerras mundiais engendradas pelo imperialismo, o desejo de apoderar-se de territórios alheios desempenhou um grande papel. Dezenas de milhões de vidas foram imoladas no altar do moloch da guerra. Os anseios dos que, por um lado, na Alemanha do Kaiser, e, por outro, nos países da Entente, prepararam os planos para refazer o mapa da Europa em seu favor, e não só da Europa, impulsionaram os fatos que levaram à Primeira Guerra Mundial. As reclamações da Alemanha hitlerista e de seus aliados na agressão pelo "espaço vital" à custa de outros povos, abriram caminho para a Segunda Guerra Mundial.

Mas, se é certo que as reclamações territoriais transformaram-se em muitos casos em guerras e conflitos bélicos, também é certo que as guerras, como meio para resolver as divergências territoriais, foram sempre custosas para os povos. Bastava que um Estado se apoderasse pela

força das armas de um território em litígio ou o controle de out. o estado, para que este começasse a preparar uma nova guerra a fim de reaver o território perdido. Depois, o círculo se repetia, e é bastante recordar como a Alsácia e a Lorena passaram de uma mão a outra, e de como cada vez que estes territórios mudavam de mão eram derramados rios de sangue. Depois de cada luta pelos territórios, as divergências entre os Estados agravavam-se muito mais do que antes.

Herdamos do passado muitos desses conflitos territoriais. Hoje, essas divergências e reclamações mútuas existem inclusive em número muito maior do que antes. Isto se explica, entre outras coisas, pelo fato de que muitos novos Estados soberanos que conquistaram recentemente a independência nacional, herdaram dos regimes coloniais um número elevado de problemas fronteiriços artificialmente criados. Se fixarmos o mapa político do mundo atual, encontraremos nele desenas, quem sabe centenas, de zonas cuja posse é disputada por determinados Estados.

É certo que as disputas e reclamações territoriais entre os Estados não são do mesmo caráter. Há entre elas as que dependem da libertação deste ou daquele povo do jugo colonial ou da liquidação da invasão estrangeira.

Babe-se bem que nem todos os Estados coloniais, imediatamente depois de sua libertação, conseguiram resgatar do domínio dos colonizadores todos os territórios que lhes pertencem legitimamente.

Antes de tudo, é necessário assinalar Taiwan. Esta ilha é parte integrante do Estado chinês desde tempos remotos. A ocupação ilegal de Taiwan pelas tropas norte-americanas deve cessar. A ilha é uma parte inseparável da República Popular da China e há muito tempo já deveria ter sido reintegrada se não fosse a intervenção externa de outro Estado.

Se, em relação com isto, são necessários outros exemplos, eles saltam à vista. Poderíamos tomar, por exemplo, a questão, ainda recente, da reunificação do Iriá Ocidental e Indonésia. A exigência dos Estados libertados de que lhes sejam entregues os territórios que ainda se encontram sob o domínio colonial ou submetidos à ocupação estrangeira são indubitavelmente justas.

Tudo isto também se refere, naturalmente, aos territórios dos povos que em geral não conseguiram ainda a independência nacional e permanecem na situação de colônias. Não é possível estar de acordo com a exploração dos colonialistas que ainda conservam colônias, os quais afirmam que estes territórios são parte integrante da metrópole. Neste caso não pode haver lugar para nenhuma confusão. O direito de todos os povos à sua redenção, liberdade e independência, inscrito na Carta da ONU, no capítulo referente à concessão da independência aos países e povos coloniais, não pode ser posto em dúvida por ninguém.

Desejaria destacar que o papel de todos os que estão verdadeiramente interessados na mais rápida e completa liquidação do vergonhoso sistema colonial, cujos restos continuam envenenando a atmosfera do nosso planeta, consiste em ajudar estes povos a se libertarem o mais rapidamente possível da opressão colonial.

Quanto mais rápida e plenamente isto seja levado a cabo, mais ganhará a causa do reforçamento da paz em todo o mundo. Os povos que ainda estão submetidos à exploração colonial esforçam-se para obter sua libertação e independência por meios pacíficos. Mas, nem sempre estes meios se revelam suficientes, já que aqueles que estão interessados em conservar e eternizar os restos do sistema colonial, frequentemente, respondem com a força das armas às justas exigências de liquidação dos regimes coloniais. Nestes casos, aos povos oprimidos só resta empunharem armas, e este é seu direito sagrado.

Igualmente devem ser desmanteladas as bases militares instaladas em territórios estrangeiros, distantes dos Estados a que pertencem. E não deve enganar ninguém nenhuma referência ao fato de que as terras onde tais bases estão instaladas e são mantidas tropas estrangeiras foram em alguma época cedidas em virtude de tais ou quais acordos.

Não é segredo para ninguém a forma através da qual eram firmados esses acordos: o mais forte impunha sua vontade ao mais fraco. Hoje, os mesmos Estados que em outros tempos viram-se obrigados a ceder seus territórios para bases estrangeiras, sentem o peso, exigem a anulação dos tratados sobre as ba-

ses, a devolução de seus territórios, o desmantelamento das bases, a retirada das tropas estrangeiras. Estas justas exigências devem ser atendidas.

Há ainda outro problema ligado até certo ponto ao problema territorial: o problema da unificação da Alemanha, Coreia e Vietnã. Cada um destes países ficou dividido depois da guerra em dois Estados com sistema social diferente. O anseio de unificação de seus povos deve ser compreendido e respeitado.

Mas, deve-se depreender disso que o problema da reunificação deve ser resolvido pelos próprios povos destes Estados e seus governos, sem ingerências nem pressões do exterior, e, indubitavelmente, sem nenhuma intervenção militar estrangeira, sem a ocupação, como ocorre de fato, por exemplo, na Coreia do Sul e no Vietnã Meridional.

Para resolver este problema é necessário renunciar ao emprego da força, possibilitando a estes povos a unificação pelo caminho pacífico. Todos os demais Estados devem colaborar para que isto ocorra.

Mas, o problema que examinamos hoje não é este, e sim o que fazer com os conflitos e reclamações territoriais que têm suas origens nas fronteiras estabelecidas entre os Estados. Consideremos em primeiro lugar a natureza dessas divergências e reclamações.

No quadro destes conflitos, têm um lugar especial as exigências dos círculos revanchistas de alguns países que foram agressores na Segunda Guerra Mundial. Estes círculos, desejosos de uma revanche e querendo vingarse da derrota que sofreram na guerra, manipulam planos para reaver a justa divisão territorial feita depois do conflito. Em primeiro lugar, querem recuperar os territórios que passaram a outros Estados para liquidar os efeitos da agressão e garantir sua segurança futura. Tais "reclamações" territoriais devem ser rechaçadas resolutamente como incompatíveis com os interesses da paz, já que destas reclamações pode-se originar uma guerra mundial.

Há, entretanto, outros conflitos fronteiriços e reclamações territoriais, que, além do mais, talvez sejam em número maior. Estas disputas não têm nada que ver com o ajuste de após-guerra. As partes nessas disputas baseiam suas reclamações em argumentos e considerações de ordem histórica, etnográfica, laços de sangue, religiosa, etc.

Ocorre com freqüência que um Estado alega razões desta índole a favor de sua reclamação territorial com outro Estado, e este, por sua vez, apresenta provas dessa mesma índole, mas no sentido diametralmente oposto, apresentando também suas reclamações territoriais. Conseqüentemente, exacerbam-se as paixões e a inimizade entre eles aprofunda-se.

Como saber com quem está a verdade, quem mantém uma posição justa e quem uma posição injusta? Certas vezes isto é sumamente difícil, já que as fronteiras atuais se formaram sob a influência de numerosos fatores.

As citações históricas não ajudam em muitos casos. Quem pode afirmar que a citação de um fato do século XVII apresentada, por hipótese, por um Estado para justificar suas reclamações territoriais, é mais convincente do que, por exemplo, a citação referente ao século XVIII ou ao século XIX, com a qual outro Estado pretende fundamentar sua contra-reclamação? Se nos basearmos na história de vários milênios para decidir tal disputa fronteiriça, todos estarão de acordo, evidentemente, em que na maioria das vezes não se pode encontrar uma solução verdadeira. Tampouco podemos esquecer o fato de que com citações históricas freqüentemente encobre-se a mais descarada agressão. Mussolini utilizou os argumentos das fronteiras do império romano para justificar suas usurpações territoriais no Mediterrâneo, que os fascistas inclusive denominaram "mare nostrum", procurando aparecer como herdeiros dos antigos romanos.

É difícil averiguar em muitos casos a justiça das "provas" provenientes do terreno nacional, etnográfico ou de laços de sangue. A humanidade desenvolveu-se de forma que alguns povos habitam hoje um território de vários Estados. Por outro lado, há Estados de tipo multinacional, onde muitas vezes vivem dezenas de povos, pertencentes inclusive a diferentes raças.

Desgraçadamente, as disputas de fronteiras não são travadas somente entre os historiadores e os etnógrafos, mas entre Estados, onde um dos quais dispõe de forças armadas às vezes numerosas. A vida demonstra que a maioria dos conflitos ter-

fronteiras governa o perigo de que as relações entre as partes se compliquem, a possibilidade da eclosão de lutas armadas, ocasionalmente graves, e, por conseguinte, representam potencialmente uma ameaça à paz geral. Isto quer dizer que o problema das fronteiras estabelecidas historicamente deve ser focalizado com a necessária compreensão.

Talvez haja ingênuos que, já que a maioria das disputas territoriais afetam somente as relações entre Estados pequenos que não dispõem de armas nucleares, acreditam que elas não contêm nada de terrível.

Que discutam e, no pior dos casos, que lutem entre si os países pequenos, já que isso não traz graves consequências para a humanidade.

Esta forma de raciocinar é injusta e prejudicial. Por acaso podemos ver com indiferença os povos derramarem seu sangue por questões de fronteiras? Além do mais, deve-se ser realista nesta questão. Em nosso tempo, em que o desenvolvimento das relações internacionais faz com que os interesses dos Estados — econômicos, políticos, estratégicos e de toda classe — se entrelacem, quando subsistem sistemas ramificados de alianças, nestas circunstâncias, qualquer choque que se verifique num ponto qualquer, o qual aparentemente deveria ter um caráter estritamente local, também pode arrastar rapidamente muitos outros Estados. Entrariam em ação também os compromissos contraiados nessas alianças, e os temores fundados ou fictícios de outros Estados pela sua segurança, tanto dos que se encontram nas proximidades dos conflitos, como dos que se encontram a milhares de quilômetros. E, também, digamo-lo sem rodeios, o simples desejo de alguns Estados de aproveitar o conflito local para seus fins particulares de usurpação. Além do mais, também devemos esquecer que uma guerra iniciada com o emprego de armas convencionais, pode-se converter em nossos dias numa guerra mundial com emprego de armas termonucleares.

Creio que V. Excia. estará de acordo comigo em que seria perigoso para toda a humanidade particularmente um conflito bélico fronteiriço na parte do mundo onde no passado desencadearam-se ambas as guerras mundiais, e onde atualmente há grandes concentrações de tropas e armamentos de Estados pertencentes aos dois grupos militares que se contrapõem. Essa parte é indubitavelmente a Europa.

Não resta dúvida de que, se em virtude de um choque local entre Estados que procuram resolver pela força das armas conflitos territoriais, desencadear-se uma guerra nuclear mundial, esta não perdoará ninguém e ninguém poderá permanecer à margem dela. Ninguém, a não ser políticos insanos ou cegos pelo ódio, pode permitir uma tal perspectiva.

Quero declarar clara e firmemente que na União Soviética não existem tais tipos, e que se aparecessem seriam sem dúvida alguma encerrados num manicômio. A linha principal da política dos Estados socialistas, orientada para a consolidação da paz e evitar a guerra, é a garantia precisa de que, de nosso lado, as armas não são nem podem ser empregadas para resolver em nosso favor qualquer tipo de disputas territoriais. Desejaria acreditar que também os estadistas dos demais países, inclusive dos países que participam da OTAN e de outros blocos militares criados pelas potências ocidentais, se apercebem dos perigos terríveis contidos em qualquer tentativa de recorrer, em nossa época, ao emprego da força para resolver as questões territoriais.

Estamos firmemente convencidos de que o emprego da força para resolver as questões territoriais não corresponde aos verdadeiros interesses de qualquer povo e de qualquer país.

Não corresponde aos interesses dos povos europeus, que habitam países em que quase que cada palmo de terra foi regado pelo sangue derramado nas guerras passadas. Os povos destes países criaram com seu trabalho a economia, construíram fábricas e empresas, semearam as terras não para lançar-se doidamente em desastrosas aventuras militares visando arrebatado um pedaço da terra de seus vizinhos.

Por acaso não constitui um perigo para os povos da Ásia o emprego da força objetivando rever as fronteiras entre os Estados estabelecidas nesta parte do mundo? Naturalmente, eles não sentem falta disso. Já está claro, atualmente, que os conflitos de fronteiras que se verificam entre alguns Estados asiáticos refletem-se desfavoravelmente na vida dos povos daquela região. Os povos do continente asiático têm di-

ante de si grandes tarefas a cumprir. O mais importante para eles é desenvolver a economia nacional, construir as bases de uma indústria moderna e imprimir um poderoso impulso à produtividade agrícola para libertar a população de seus países da indigência e necessidades seculares. Isto exige esforços e, o que é mais importante, exige que haja paz e tranqüilidade em suas fronteiras. Hoje em dia, em virtude não só da existência, mas do agravamento dos conflitos fronteiriços entre eles, os Estados da Ásia vêem-se obrigados a manter e inclusive reforçar as forças armadas, gastando improdutivamente seus recursos. Quem ganha com isso? Não serão, naturalmente, os povos que se libertaram do jugo colonial.

Bastante complexa e complicada é a questão das fronteiras entre os Estados da África, problema herdado do colonialismo. Mas, apesar da complexidade dos problemas territoriais, a conferência dos chefes de Estado dos países da África incluiu na Carta da Organização da Unidade Africana, aprovada unanimemente em maio de 1963, a inadmissibilidade de resolver por meio da força os conflitos e divergências territoriais entre os Estados africanos, e a necessidade de solucionar estes problemas exclusivamente por meios pacíficos.

A África liberta-se dos últimos grilhões do colonialismo. Os novos Estados africanos ainda têm que trabalhar muito para liquidar as terríveis consequências do colonialismo e colocar-se firmemente de pé. Esta meta requer que ponham em tensão todos os seus recursos e forças.

Os recentes acontecimentos na África do Norte deixam claro que o fortalecimento e desenvolvimento dos Estados africanos independentes são bastante prejudicados quando um deles recorre ao emprego da força armada contra outro para satisfazer suas reivindicações territoriais. Tampouco podemos esquecer que os conflitos territoriais entre os Estados africanos podem constituir um pretexto para Estados mais fortes, que ainda não renunciaram a suas esperanças de recuperar de uma ou de outra forma alguma coisa do que perderam.

E na América Latina? Até agora alguns países americanos não conseguiram recuperar-se dos efeitos provocados pelos choques armados que eclodiram em virtude de conflitos territoriais que se verificaram no passado. É bastante recordar a guerra do Paraguai contra Estados vizinhos, em fins do século XIX, guerra onde tanto sangue foi derramado. Ainda hoje a população do Paraguai é inferior à de antes dessa guerra. Por acaso vale a pena que os países latino-americanos, onde há tanta coisa que fazer, apontem suas baionetas uns contra os outros?

Não sei inclusive que palavras escolher, mas desejaria expressar com clareza absoluta a idéia de que não deve nem pode haver em nosso tempo, entre os Estados existentes atualmente, disputas territoriais, problemas fronteiriços não resolvidos, para a solução dos quais seja admissível o emprego da força armada. Não, não se pode permitir isso, e é necessário fazer tudo o que for necessário para excluir um tal desenvolvimento dos acontecimentos.

Podem perguntar — e não excluí o fato de que V. Excia. já se fez esta pergunta: Mas, o que é isto? A União Soviética propõe cancelar de uma vez todos os problemas territoriais existentes entre os Estados, renunciar a toda sorte de solução, fazendo como se estes problemas não existissem em geral na natureza? Não. O problema está formulado em termos bastante diferentes. Compreendemos que uma série de Estados tem razões fundadas para fazer suas reclamações. Em todas as disputas atuais sobre fronteiras entre os Estados, as partes devem, naturalmente, estudá-las a fundo para solucioná-las. Somos inteiramente favoráveis a isto. Estamos em contra os métodos bélicos para resolver as disputas territoriais. Sobre isto é que deve haver acordos, exatamente sobre isto.

Quanto aos meios pacíficos para resolver os problemas territoriais, a experiência demonstra com toda a evidência que são perfeitamente viáveis.

A existência no mundo de hoje de sistemas sociais diferentes e de formas diversas de Estados não pode constituir um obstáculo para a solução pacífica dos problemas territoriais, se, como é natural, ambas as partes desejarem-no sinceramente. A vida demonstra de maneira palpável que em todos os casos, quando os Estados praticam firmemente os princípios da coexistência pacífica, revelam boa vontade e serenidade e têm em conta devidamente os inte-

resses de uma e outra, são inteiramente capazes de sair do labirinto dos fatores históricos, nacionais, geográficos e outros, e encontrar uma solução satisfatória.

Também é importante sublinhar que o caminho militar, isto é, o emprego da força, não leva em absoluto a liquidar os conflitos territoriais, mas, isto sim, aprofunda-os e amplia-os. Em troca, o caminho pacífico liquida esses conflitos e elimina em medida considerável a própria causa da disputa, pois através de um exame sereno surgem mais possibilidades de resolvê-los do que em qualquer outra situação em que as partes divergentes estão dispostas a se digladiarem com armas na mão.

Tudo, inclusive as enormes transformações que se verificaram no mundo no último período e que colocam de forma nova muitos problemas internacionais, entre eles o territorial, demonstra que no momento atual existe uma situação que permite formular praticamente e resolver o problema de excluir da vida internacional o emprego da força para resolver as disputas territoriais entre os Estados.

A possibilidade de provocar uma mudança radical no sentido da solução pacífica dessas questões é facilitada pelo fato de que é cada dia mais acuita a idéia da coexistência pacífica entre Estados com regime social diferente. A idéia da coexistência pacífica, na qual se baseia nossa política exterior leninista, teve sua expressão nas resoluções da histórica Conferência de Bandung, na Carta da Organização da Unidade Africana e em outros documentos internacionais. É cada vez maior e número de governos que chegam à firme conclusão de que no século nuclear a guerra já não pode ser um meio para resolver os problemas internacionais em litígio, e de que a coexistência pacífica é a única forma através da qual os Estados podem e devem basear suas relações.

Tampouco podemos deixar de ver que hoje a ciência e a técnica progredem impetuosamente, que abrem-se imensas perspectivas para o desenvolvimento da produção industrial e agropecuária em todos os territórios, o que demonstra cada vez mais a falsidade das razões alegadas pelos que querem justificar suas reivindicações territoriais com a superpopulação ou a escassa atividade econômica de seu próprio território.

A solução pacífica dos problemas territoriais é favorecida também pelo fato de que se foram acumulando e aperfeiçoando nas relações internacionais os próprios métodos para resolver pelos caminhos pacíficos os problemas em litígio: conversações diretas entre os Estados interessados, os bons ofícios, apelo às organizações internacionais para que ajudem, etc. Embora esteja longe de considerar que a ONU em sua forma atual é o instrumento ideal da cooperação pacífica entre os Estados, ela também pode, através de uma apreciação objetiva, contribuir positivamente para a solução pacífica dos problemas territoriais e fronteiriços.

Atendendo a todas estas considerações, o Governo soviético, guiado pelos interesses da consolidação da paz e do desejo de evitar a guerra, apresenta à consideração dos governos de todos os Estados a seguinte proposta:

concertar um convênio (ou tratado) internacional em virtude do qual os Estados renunciem ao emprego da força para resolver os conflitos territoriais e os problemas fronteiriços. Em nossa opinião esse acordo deve prever, como principais, as seguintes cláusulas:

primeira: o compromisso solene dos Estados signatários de não recorrer ao emprego da força para modificar as fronteiras nacionais;

segunda: concordar que o território de qualquer Estado não deve ser, nem sequer temporariamente, objeto de nenhuma espécie de invasão, ataque ou de ocupação militar, ou de quaisquer outras medidas coercitivas adotadas direta ou indiretamente por outros Estados, baseadas em não importa que classe de considerações de índole política, econômica, estratégica, fronteiriça ou de outro gênero;

terceira: proclamar firmemente que nem as diferenças no regime social e estatal, nem o não reconhecimento ou a ausência de relações diplomáticas, de mesma forma que qualquer outro pretexto, podem ser aduzidos como razão para que um Estado viole a intangibilidade territorial de outro;

quarta: o compromisso de resolver exclusivamente por meios pacíficos todas as disputas territoriais; negociações, arbitragem, conciliações e outros meios pacíficos a escolha das

partes interessadas de acordo com a Carta das Nações Unidas.

Está claro que um tal convênio internacional deverá abranger todas as disputas internacionais relacionadas com as fronteiras entre os Estados.

O convênio que propomos ser a suporte, concretização e desenvolvimento dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas, aplicável às relações entre os Estados no que concerne às questões territoriais, um expoente da boa vontade e da decisão dos Estados de respeitar rigorosamente esses princípios.

O Governo soviético está profundamente convencido de que se os Estados contraírem o compromisso de resolver as disputas territoriais por caminhos exclusivamente pacíficos, os assuntos internacionais serão normalizados em grande medida. A conclusão de um convênio internacional pelo qual os Estados renunciem ao emprego da força para resolver as disputas internacionais dissiparia, como uma rajada de ar fresco, muito do que na vida internacional está hipertrofiado artificialmente e obstaculiza a distensão no mundo e a consolidação da paz. Este convênio contribuiria para aliviar o clima internacional e criaria um bom terreno para o surgimento da confiança entre os Estados.

Podemos dizer com toda a segurança que na nova situação que se criasse como consequência da conclusão de um convênio de renúncia dos Estados ao emprego da força para resolver as disputas territoriais, seria muito mais fácil resolver outros problemas internacionais de importância capital. Isto se refere principalmente, mais do que a qualquer outro, ao problema do desarmamento.

A ansia de alguns Estados em recorrer à força contra outros para resolver em seu favor os litígios fronteiriços, sempre foi e é um dos principais estímulos da corrida armamentista. As disputas entre os Estados sobre questões territoriais, é o meio que nutre o militarismo, da mesma forma que exacerba as paixões, com as quais especulam com muita satisfação os que vivem na corrida armamentista desenfreada uma fonte de lucros. Quando os Estados puderem estar tranqüilos em relação às suas fronteiras, quando qualquer plano de modificá-las pela força for proibido por uma lei internacional geral, uma boa parte dos motivos que impulsionam os Estados a aumentar suas forças armadas deverá desaparecer. Então ficará demonstrada ainda mais a falta de razão dos que, ou vacilam em aceitar o desarmamento, ou, dissimulando seu desejo de não chegar a um acordo em relação a este problema, relacionam o perigo existente na situação atual com os problemas territoriais que devem ser resolvidos. São as grandes potências que devem dar o exemplo na questão do desarmamento.

É evidente também que quando os Estados não tenham mais motivos para desconfiar uns dos outros em virtude das disputas fronteiriças, aumentará incomensuravelmente a possibilidade de uma ampla colaboração pacífica entre eles. O desenvolvimento do comércio e dos meios de transporte, dos intercâmbios culturais e dos contatos científicos em benefício dos povos serão impulsionados.

De tudo isto cada povo e cada Estado sairá ganhando, ganhará também o mundo em seu conjunto.

Quanto à forma do futuro convênio internacional de renúncia dos Estados ao emprego da força para resolver as disputas territoriais, e também no que se relaciona com as negociações para a sua conclusão, consideramos que não seria difícil chegar a um entendimento se, como é natural, os Estados interessados revelarem desejos disso. Por seu lado, o Governo soviético está disposto a fazer tudo o que for necessário para facilitar a solução dessas questões.

Finalmente, desejaria expressar a esperança de que V. Excia. examinará detidamente as considerações do Governo soviético apresentadas na presente mensagem e as acolherá favoravelmente. Estas considerações são ditadas pelos interesses da paz e o desejo de contribuir para evitar uma guerra.

Respeitosamente,

N. Khrushchov

Presidente do Conselho de Ministros da URSS

Moscou, Kremlin, 31 de dezembro de 1963.

(Publicado em Pravda de 4 de janeiro de 1964)

711

Nas duas guerras mundiais desencadeadas pelo imperialismo, o desejo de apoderar-se de territórios alheios desempenhou grande papel. Dezenas de milhões de vidas foram inocuidas no altar da guerra.

